



DIÁRIO

da Assembleia da República

XV LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2022-2023)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 22 DE ABRIL DE 2022

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Augusto Ernesto Santos Silva](#)

Secretárias: Ex.^{mas} Sr.^{as} [Maria da Luz Gameiro Beja Ferreira Rosinha](#)
[Lina Maria Cardoso Lopes](#)
[Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira](#)
[Helga Alexandra Freire Correia](#)

SUMÁRIO

O Presidente, após ter declarado aberta a sessão às 10 horas e 4 minutos, informou a Câmara de que deixará de ser obrigatório o uso de máscara nas instalações da Assembleia da República.

Deu-se conta da entrada na Mesa do Projeto de Lei n.º 53/XV/1.^a e dos Projetos de Resolução n.ºs 38 a 41/XV/1.^a

Procedeu-se à discussão conjunta da proposta de lei e dos projetos de lei (na generalidade) e dos projetos de resolução seguintes:

Proposta de Lei n.º 1/XV/1.^a (GOV) — Consagra um

pacote de medidas, de natureza extraordinária e temporária, para fazer face aos efeitos decorrentes do aumento dos preços dos combustíveis, que foi aprovada, na generalidade, na especialidade e em votação final global, com as alterações entretanto introduzidas, tendo ainda sido aprovado um requerimento, apresentado pela Deputada [Susana Amador](#) (PS), solicitando a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexatidões, e tendo os Deputados [Bruno Dias](#) (PCP), [André Ventura](#) (CH) e [Hugo Carneiro](#) (PSD) proferido declarações de voto;

Uma parte do PRR será executada através dos Orçamentos do Estado para 2022 e anos seguintes. A prática dos Governos do PS, em matéria de execução orçamental, deixa muito a desejar, com adiamentos sucessivos do investimento público, levando à máxima, a cada novo Orçamento, do «agora é que vai ser».

Dou como exemplo as 341 medidas dos compromissos assumidos, em 2019-2020, no âmbito do PRR, com a União Europeia, das quais somente 37 foram implementadas, estando as restantes, mais de 300, por completar ou atrasadas. Mas agora, com este PNR 2022, a acreditar nas palavras do Governo, é que vai mesmo, mesmo ser!

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra o Sr. Deputado Pedro Coimbra, do Partido Socialista.

O Sr. **Pedro Coimbra** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Ministras, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O Programa Nacional de Reformas 2022 reflete a estratégia do Governo para o crescimento do País, alinhando as políticas públicas nacionais com as políticas europeias, naturalmente.

O PNR cumpre o duplo papel de contribuir para o exercício do Semestre Europeu e para o reporte do Mecanismo de Recuperação e Resiliência. Além de atender às recomendações dirigidas a Portugal, responde também aos desafios económicos e sociais do País, estruturando-se em torno da Estratégia Portugal 2030 e estando, deste modo, alinhado com os programas de modernização e financiamento dos fundos da União Europeia.

Reconhecendo a evolução socioeconómica positiva do passado recente, o PNR renova a ambição para o presente e para o futuro, pois também se reconhece que há muito caminho a percorrer. Acelerar a transformação estrutural do País e dar resposta aos desafios sociais que subsistem são prioridades importantes.

É por isso que o PNR propõe um conjunto de medidas concretas para dar resposta aos bloqueios estruturais que o País enfrenta, mas também, de forma clara, para dar resposta ao impacto provocado pela COVID. Por outro lado, o PNR tem opções estratégicas decorrentes da invasão militar da Ucrânia pela Rússia, que inevitavelmente tem tido, e terá, impactos significativos, sobretudo sociais e macroeconómicos.

A economia portuguesa está em condições de dar um salto histórico na sua competitividade, com mais inovação e criação de riqueza, com o desenvolvimento de produtos e serviços de valor altamente acrescentado. Para isso, é necessário, no curto prazo, um trabalho entre as empresas e o Estado, um foco reforçado nas alavancas para a mudança e um conjunto de medidas concretas capazes de articular todas estas necessidades.

Assim, após um amplo e participado debate público, que envolveu a sociedade civil e muitas entidades, o PNR estipula quatro agendas da Estratégia Portugal 2030, que são: *i*) as pessoas primeiro, com um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade; *ii*) a digitalização, a inovação e as qualificações como motores do desenvolvimento; *iii*) a transição climática e a sustentabilidade dos recursos no centro da ação política; e *iv*) a competitividade externa e a coesão interna como prioridades fundamentais.

É este o caminho de que Portugal precisa, é disto que estamos convictos, e é este o caminho que o PNR nos propõe.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir no debate e apresentar o seu projeto de resolução, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Partido Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Ministras, Caros e Caras Colegas: Todos os países europeus apresentam um programa nacional de reformas e, depois, recebem as recomendações específicas da Comissão.

Mas Portugal faz um debate um bocadinho diferente, não é? É que, ao passo que os outros discutem um programa nacional de reformas, nós estamos a falar da necessidade de termos um novo modelo de desenvolvimento — e ainda bem!

Porque é que precisamos de um novo modelo de desenvolvimento? Porque o velho não funciona — Portugal viveu, durante séculos, num modelo de inserção imperial e colonial, que já não está disponível, pois o tempo não volta atrás, e ainda bem! — e porque os outros que estiveram em cima da mesa demonstraram a sua falência muito rapidamente.

Um desses modelos foi o daquilo a que podemos chamar «desvalorização interna», o famoso «cortar nos custos unitários do trabalho», como se Portugal pudesse prosperar sendo uma espécie de China com menos gente. Não funciona! O do isolacionismo também não funciona, porque só permitiria uma desvalorização externa, que muito rapidamente poria dinheiro noutra moeda desvalorizada nos bolsos dos portugueses, o que serviria para comprar cada vez menos. E o modelo do navegar à vista, caros e caras Colegas do PS e do Governo, também se tem visto que não funciona.

Então, do que é que precisamos para um novo modelo de desenvolvimento? Precisamos: em primeiro lugar, de uma estratégia que, nos próximos 50 anos do 25 de Abril, faça o que fizeram os três *D* de 1973 e 1974, que nos trouxeram a grandes marcos do nosso desenvolvimento; em segundo lugar, de um grande debate nacional — olhemos, desde a Coreia do Sul à Irlanda ou à Finlândia, todos os países que deram um salto no seu patamar de desenvolvimento podem ser muito diferentes, mas todos eles têm uma coisa em comum, que é a de saberem fazer um debate social alargado, fora das paredes do Parlamento, para designar quais são as suas estratégias, os seus nichos económicos, as suas áreas de especialização em que querem investir; e, em terceiro lugar, de objetos de desejo político.

Este debate não se faz na teoria, faz-se na prática. Quando dizemos que Portugal deve estar na vanguarda do desenvolvimento ecológico, social, económico, quando dizemos que a mera convergência com a média da União Europeia já não chega, é porque sabemos que é preciso ter uma visão de longo prazo muito ambiciosa para que as pessoas regressem. Isso, para o Livre, tem um nome: é a economia do conhecimento e da descarbonização, de alto valor acrescentado, a única que é capaz de fazer subir salários, ter uma segurança social mais sustentável e, através de uma recolha de impostos mais justa e progressiva, financiar serviços públicos universais de altíssima qualidade. Isso é o que atrai mais gente.

Caros e caras Colegas, assim termino: não há nada mais importante, nesta Legislatura, do que percebermos que, se nestes quatro anos e meio não fizermos o debate para tornar Portugal um País sustentável e de vanguarda na União Europeia, não há nenhuma outra receita que nos sirva.

O Sr. **Presidente**: — Para uma intervenção, tem agora a palavra a Sr.^a Deputada Alma Rivera, do PCP.

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Ministras, Srs. Deputados: Infelizmente, estamos novamente a discutir um documento que é mais do mesmo, que não tem como objetivo real resolver os problemas do País e de quem cá vive e trabalha e que, tal como o Pacto de Estabilidade, se insere nas regras de submissão às imposições de Bruxelas, através das recomendações específicas por país do Semestre Europeu, que não passam do favorecimento dos grandes grupos económicos, das multinacionais e do diretório de potências da União Europeia.

As instituições europeias decidem conforme o que convém aos seus donos, dizem aos países e aos seus Governos — sem esconderem que existe chantagem — o que fazer e os sucessivos Governos obedecem e apresentam documentos deste tipo. É mais uma encenação a que o Governo se submete, em que se faz de conta que estamos a tratar de reformas necessárias ao desenvolvimento do País e não de mais um pró-forma para burocrata ver.

As proclamações do Programa até podem ser virtuosas, mas falta-lhes a correspondência a políticas concretas que sirvam os portugueses. Vejamos como é que isto se traduz.

O Programa Nacional de Reformas diz que a economia portuguesa tem de «dar um salto histórico na sua trajetória de desenvolvimento e de dar corpo a um modelo baseado na inovação tecnológica». Muito bem. O que propõe o Governo para inverter o modelo económico de hoje, baseado, sim, em baixos salários, aumento da jornada de trabalho e sobre-exploração dos trabalhadores? Propõe-nos e opta precisamente pelo mesmo.

O Programa diz que é preciso «um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade». Muito bem, é isto mesmo. Não há dúvida nenhuma! Só que isto não se faz a dar esmolas, ao invés de dignidade, nos salários, no acesso à habitação, nos direitos dos pais e dos filhos.

Como é que se combate a exclusão social ou a pobreza infantil sem dar salários dignos aos pais das crianças?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito bem!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Como é que se eleva a natalidade sem dar estabilidade, perspectivas de carreira, perspectivas de um emprego aos mais jovens? Isso é pura fantasia!

O Programa preconiza também a «resiliência do sistema de saúde», mas muito resilientes têm sido o SNS (Serviço Nacional de Saúde) e os seus profissionais perante uma estratégia de desmantelamento por omissão de salvamento.

O Programa defende a digitalização, a inovação e as qualificações como «motores de desenvolvimento». Sim, mas o que é que faz para transformar o processo de digitalização noutra coisa que não signifique — especialmente no que diz respeito aos serviços públicos — menos trabalhadores, menos meios, trabalhadores mais desvalorizados e, portanto, piores serviços públicos?

Vozes do PCP: — Exatamente!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — «Mais qualificações», dizem. Com desinvestimento na escola pública, com 28 000 alunos sem professores, com a exclusão dos mais pobres do ensino superior, com propinas e falta de bolsas, com subfinanciamento, com os nossos investigadores na maior precariedade?

Este Programa fala-nos também na transição climática, na sustentabilidade, e muito bem. Mas é para repetir o filme de fecharmos a refinaria de Matosinhos, como a União Europeia queria, para deixarmos de produzir e passarmos a importar, com igual ou maior impacto ambiental, enquanto a Alemanha e outros países intensificam a produção a carvão, por exemplo? A quem serve, afinal, a vossa transição?

O Programa quer «um País competitivo externamente». Só que sabemos que o vosso conceito de competitividade se reduz a baixos salários e borlas fiscais às multinacionais, enquanto as pequenas empresas são esmagadas pelos custos de produção. E porquê? Porque o Governo não tem coragem de enfrentar o setor energético, a banca, os seguros, entre outros, recusando-se, por exemplo, a impedir o aumento especulativo dos preços nos combustíveis e na grande distribuição, que são muito anteriores à guerra, como bem sabemos.

Um país «coesivo internamente»? Urgentíssimo. Mas, sobre regionalização, não dizem nada, só descartam responsabilidade para os municípios em matérias como a educação, a habitação, a saúde, sem uma verba correspondente. Assim só se aumentam assimetrias, Sr.^{as} Ministras. Querem fazê-lo com um plano ferroviário que está eternamente em fase de finalização, enquanto continuam a faltar comboios na linha e linhas nos territórios? Sem apostar nos trabalhadores? É que os comboios não andam sozinhos e também não se fazem sozinhos! E os que compramos fora poderiam ser feitos cá,...

O Sr. **João Dias** (PCP): — Exatamente!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — ... se não se tivesse desindustrializado, a mando das recomendações de Bruxelas, as quais hoje se reproduzem novamente aqui.

Os resultados estão à vista. Não chegaram os exemplos dos ventiladores e, agora, do trigo? Como se continua a aplicar cegamente a mesma fórmula? Não podemos continuar a ter um modelo baseado em baixos salários e baixa incorporação tecnológica, que não serve nem quem trabalha nem o desenvolvimento económico.

O Governo insiste na perda de poder de compra real, com os salários e as pensões a ficarem muito abaixo da inflação e também muito abaixo do crescimento da produtividade do trabalho. Como pode falar de reformas estruturais e de fundo se nem as medidas urgentes é capaz de tomar? Nem aumentos reais do poder de compra de trabalhadores e reformados, nem redução do IVA da eletricidade e do gás para 6%, nem imposição de limites nos preços dos combustíveis ou dos bens essenciais, nem uma rede pública de creches, nem medidas para reter os profissionais de saúde.

O que faz falta...

Vozes do PS: — É animar a malta!

O Sr. **João Dias** (PCP): — Não, não!

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — ... é a valorização do trabalho e o combate à precariedade; falta dinamização do mercado interno; falta oxigénio para as MPME (micro, pequenas e médias empresas); falta produção nacional; faltam exportações onde abundam importações; falta mão nos setores estratégicos; falta investimento público e alavancamento do desenvolvimento; falta investimento na saúde, na escola pública, na inovação científica; falta aposta nos equipamentos sociais; falta atribuir real valor e estímulo a dimensões como a cultura, o desporto, o associativismo, que são também dimensões da democracia.

O Sr. **Presidente:** — Sr.^a Deputada, tem de concluir.

A Sr.^a **Alma Rivera** (PCP): — Para terminar, Sr. Presidente, devo dizer que, infelizmente, este é o Programa não das soluções, mas sim do agravamento das causas e do servilismo aos interesses contrários ao nosso País. Está visto que esta maioria absoluta serve tudo menos o País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente:** — Para intervir, em nome do Bloco de Esquerda, no debate, tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Mortágua.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aí está ela!

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Ministras, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Confesso que tenho sempre alguma dificuldade em debater este tipo de documentos, em que o Governo vai contorcendo várias medidas da sua governação corrente para caberem nos eixos, nos domínios, nas recomendações impostos por Bruxelas. E essa dificuldade aumenta porque esta lista de medidas vem sempre embrulhada no jargão do momento, no jargão mais moderno, no jargão que mais se utiliza e que mais pode agradar às instituições europeias.

O Programa diz que quer intervir sobre os problemas estruturais do País. E, então, encontramos, no Programa: a palavra «resiliência» 78 vezes — é a palavra da moda, ninguém a quer evitar —; «sustentável» 98 vezes; «sustentabilidade» 81 vezes;...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E «exclusividade»?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... «qualificações» 146 vezes; «digital» 262 vezes. Curiosamente, neste Programa, que quer resolver os problemas estruturais do País: a palavra «salários» aparece 7 vezes; a palavra «carreiras» aparece 8 vezes;...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E «exclusividade»?

A Sr.^a **Mariana Mortágua** (BE): — ... a palavra «precariedade» aparece 5 vezes; as palavras «serviços públicos» aparecem 25 vezes, mas quase metade diz respeito à digitalização dos serviços públicos.

Enfim, as palavras são filhas do seu tempo, mas os problemas estruturais do País permanecem, e não encontramos, neste Programa, compromissos concretos, com reformas estruturais — sim, porque o País precisa de reformas estruturais — urgentes: reformas para aumentar a qualidade dos serviços públicos e expandir a sua capacidade de intervenção e resposta; reformas para remodelar a transformação produtiva, ambientalmente mais capaz, e para contornar e combater as alterações climáticas; reformas para aumentar as condições de vida das pessoas.

Há alguns temas que gostaria de abordar.

Em primeiro lugar, refiro o da habitação. Este tema é muito falado no Programa, que é apresentado como se a pandemia não tivesse passado pelo nosso País. As necessidades de habitação — os tais 26 000 fogos que são identificados — são as mesmas de 2018, como se a pandemia não tivesse deixado atrás de si um lastro de pobreza e de sobrelotação de habitações.

Os 3000 fogos que serão construídos, no âmbito do Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, até 2023 não chegam a metade do que está previsto para 2024. Continuamos sem compreender qual é o plano do Governo, que quer construir habitações, mas não cumpre aquilo que prometeu, para controlar o aumento dos preços na habitação.

Hoje, confrontamo-nos com uma inflação anual de 4%, mas, desde 2015, o aumento dos preços na habitação foi de 75%. A inflação na habitação já começou há muito tempo, mas, olhando para este Programa, não está lá a reforma de que a lei do arrendamento precisa, não está lá a regulamentação da lei da habitação — que tinha de ser feita —, não está lá nenhuma reflexão estratégica sobre o papel do turismo ou do alojamento local e de como eles interferem no acesso à habitação.

Falemos também sobre investigação e desenvolvimento. Em 2020, a despesa pública em investigação e desenvolvimento por pessoa, na Europa, era de 225 € — média da União Europeia —, mais 22% do que em 2010; na Alemanha, o Estado alemão gasta 443 € por pessoa em investigação e desenvolvimento; em Portugal, esta despesa era de 71 € por pessoa, sendo que, em 2010, era de 91 €.

Portanto, o Governo não conseguiu sequer acompanhar esta tendência e reverter a redução do investimento público por habitante, em Portugal, e vem agora prometer que vai fazer aquilo que não fez ao longo destes anos: aumentar a despesa pública em investigação e desenvolvimento para 3% do PIB.

Acontece que só 1% é despesa pública, o resto é despesa privada em investigação e desenvolvimento — diria até que este é um modelo bastante parecido ao que o Iniciativa Liberal tem aqui defendido.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Este modelo tem um nome, chama-se SIFIDE (sistema de incentivos fiscais em investigação e desenvolvimento empresarial), e é um regime de benefícios fiscais ao desenvolvimento que já custou 2800 milhões de euros aos contribuintes, sobre o qual impendem suspeitas de desperdício e abuso e que está a ser aproveitado por fundos de investimento sem qualquer retorno para o desenvolvimento do País.

Finalmente, Sr.^a Ministra, refiro apenas mais um exemplo deste documento de promessas vazias: o dos cuidadores informais. Diz-nos que vai concretizar, em 2022, «o alargamento do Estatuto do Cuidador Informal a todo o País», que estava previsto na lei de 2017 que o Governo regulamentou, mas na qual colocou tantos entraves, que não consegue atribuir subsídio a uma cuidadora informal neste País.

Por isso, Sr.^a Ministra, o País precisa, de facto, de reformas estruturais. O que nos parece é que este é um Programa vazio, embrulhado num jargão muito moderno.

Aplausos do BE.

O Sr. **Presidente**: — Para intervir, em nome do Grupo Parlamentar do Chega, tem a palavra o Sr. Deputado André Ventura.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: É algo comovente ouvir a Sr.^a Ministra, hoje, no Parlamento — agora como número dois deste Governo, que era mais curto, mas que, afinal, não é tão curto como parecia —, a falar de reformas.

Se olharmos para este plano, percebemos logo uma coisa: é que não há aqui nem reforma, nem visão, nem estratégia. Este é um documento que estava feito e pronto para enviar ao Parlamento e que, portanto, agora, com maioria absoluta, podem entregar um dia antes, ou dois dias antes, ou três dias antes, porque, faça-se a discussão que se fizer, ele é aprovado por uma maioria absoluta de Deputados. Não há caminho, não há prosperidade, não há nenhuma estratégia para o caminho que o Governo quer traçar para Portugal.

Fala a Sr.^a Ministra em equilíbrio demográfico — o equilíbrio demográfico de um País que não para de envelhecer e que só se salva à custa da imigração que VV. Ex.^{as} querem introduzir na Europa, sem qualquer controlo e sem qualquer filtro,...

Aplausos do CH.

... a imigração em que querem deixar a Europa de portas completamente abertas, à mercê da criminalidade, da destruição de postos de trabalho e da destruição das fronteiras.

Fala-se, no documento entregue por V. Ex.^a, de um País externamente competitivo. Eu teria vergonha de vir aqui, hoje, falar de um País externamente competitivo, um País relativamente ao qual o FMI (Fundo Monetário Internacional), na semana passada, reduziu a previsão de crescimento para 4% — 4%! —,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Disse é que ia crescer acima da média europeia até 2027!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... quando diziam, há uns meses, que íamos crescer 5%.

O *ranking* global da competitividade apontou que, em 64 países, Portugal está, hoje, na posição 43 em relação ao desempenho económico. Que vergonha! Em 64, estamos na posição 43. É este o País a que nos trouxeram e onde uma Ministra vem ao Parlamento falar de competitividade externa do Governo.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Estamos na posição 38 em termos de eficácia governativa — num total de 64! E temos aqui uma Ministra, cara deste Governo, que não pede desculpa aos portugueses por nos estar a levar a este abismo.

Diz a Sr.^a Ministra que esta é a maior fatia de fundos europeus que alguma vez esteve à disposição de Portugal. É verdade! Mas que pena ser o Governo socialista quem os vai executar, porque já sabemos que, com o Governo socialista, há menos transparência, há menos poder do Conselho das Finanças Públicas e até no *ranking* da corrupção conseguimos descer todos os anos. É este o Governo que vai executar os fundos, sem dar uma palavra sobre justiça e transparência.

Já sabíamos que António Costa, aqui há uns tempos, tinha dito que era arrepiante falar de reformas estruturais.

O orador exibiu uma notícia de jornal.

O que não sabíamos, nem imaginávamos, é que este Governo era tão avesso a reformas estruturais.

Sr.^a Ministra, este não é um modelo de crescimento baseado em riqueza e inovação, como disse. Este modelo que o Governo apresenta tem dois fatores: salários e pensões baixos e impostos altos. É este o modelo do Governo: retirar a quem trabalha, retirar a quem produz...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... e dar a quem não quer fazer absolutamente nada neste País, que é o que continuam a fazer em Portugal.

Aplausos do CH.

Sr.^a Ministra, peço desculpa por me dirigir a si nos termos em que o vou fazer agora, mas não vou deixar de o dizer. Há uns anos, estava sentado nesse lugar um senhor chamado José Sócrates,...

Vozes do PS: — Oh!

O Sr. **André Pinotes Batista** (PS): — Já cá faltava!...

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que disse, sobre o plano de reforma: «O PS está preparado para fazer a reforma do século.» De facto, não fizeram a reforma do século, mas deram ao País a hecatombe do século,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... que levou a troica a Portugal e a tudo aquilo que conhecemos depois.

Sei que, agora, o Sr. Primeiro-Ministro está muito chateado com o engenheiro, ou com o «engenheiro», que havia no Partido Socialista, mas não vão enganar os portugueses. Podem tentar branquear o passado, podem tentar pôr José Sócrates nalgum buraco, mas José Sócrates estará sempre aí, sobre todos vós, como aquele fantasma da ópera. Ele levou-nos à hecatombe do século e também disse que ia fazer a reforma do século.

Este plano é isso: é o plano José Sócrates, é o plano hecatombe, é o plano de destruição do Partido Socialista.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, informo que vamos abrir o sistema para a verificação de quórum.

Entretanto, para uma segunda intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do PSD, está inscrito o Sr. Deputado Alexandre Poço, a quem dou a palavra.

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} Ministras, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O que caracteriza a economia portuguesa? É uma economia pouco competitiva, pouco produtiva, com níveis de investimento baixos e níveis de endividamento das famílias, do Estado e das empresas elevados.

Estes problemas não são novos, são problemas que têm quase 20 anos, e esta estagnação de duas décadas decorre muito do baixo crescimento potencial da nossa economia. Para a nossa economia conseguir crescer mais, necessita de melhor investimento, investimento de qualidade, particularmente no setor de bens transacionáveis.

O investimento é uma variável crítica para modernizar o sistema produtivo e, assim, dar capacidade de fôlego à economia portuguesa. Sabemos bem o que tem acontecido a Portugal e sabemos bem que essa realidade da economia portuguesa em nada preocupa o Partido Socialista, como hoje já tivemos oportunidade de escutar.

A política económica que o PS defende invariavelmente, seja em que circunstância for, é a política económica baseada no aumento da despesa pública e no aumento do crescimento do consumo público e privado. Repetir a receita das últimas duas décadas é a promessa de futuro do Partido Socialista e deste Programa Nacional de Reformas.

Mas, depois, quando chegarmos a 2030, não nos podemos admirar ao verificar que os resultados da mesma receita não são diferentes. Os resultados dos últimos anos da governação de António Costa têm sido muito claros, e consigo resumi-los em três fatores: um País a caminhar para a cauda da Europa, um País em que os portugueses não conseguem subir na vida e um País que, ano após ano, é ultrapassado por países que têm pouco mais de 30 anos.

Aplausos do PSD.

Sabemos bem que o País precisava de um verdadeiro Programa Nacional de Reformas. E do que devia, então, tratar esse plano de reformas?

Devia tratar: dos elevados custos de contexto da nossa economia; de um sistema fiscal complexo, pouco estável, com elevados custos de cumprimento de obrigações fiscais e, acima de tudo, com uma elevadíssima carga fiscal; de um sistema de justiça lento, com elevados custos de litigância; da falta de qualificação técnica e de capital humano qualificado em vários setores da economia portuguesa; da baixa concorrência em vários setores da nossa atividade; da rigidez e da dicotomia laboral, que prejudicam particularmente as novas gerações; do baixo nível de investimento privado e da baixa taxa de poupança das famílias; dos problemas nas empresas, com reduzida escala, reduzida diversificação, reduzida capacidade de exportar com elevado potencial tecnológico e valor acrescentado; também, e acima de tudo, como já foi dito, da pouca ligação entre ciência e empresas, de que resultam um baixo nível de patentes e um baixo nível de inovação; de um sistema de segurança social e pensões que não inspira confiança aos mais novos e que maltrata aqueles que trabalharam durante décadas; de um risco de pobreza elevado, que prejudica crianças, idosos e mulheres e que faz com que uma pessoa pobre precise de cinco gerações para chegar à classe média.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, reformar a sério o País era reformar a Administração Pública, o sistema fiscal, os custos de contexto e burocracia, a justiça na vertente económica, o mercado laboral, a demografia e as políticas de natalidade ou a segurança social.

O País muito precisava de um plano de reformas audaz, corajoso e ambicioso, mas aquilo que temos, com este Programa Nacional de Reformas, é nada mais nada menos que uma lista de desejos ao Pai Natal, até porque já passámos a Páscoa. Infelizmente, sabemos bem que, com este caminho, o País não se consegue reformar. Podem ter muitos chavões os vossos planos, podem apresentar planos atrás de planos, mas, infelizmente, Portugal vai continuar a caminhar para a cauda da Europa.

Da parte do PSD, cá estaremos a lutar para reformar a sério Portugal.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente:** — Para uma segunda intervenção, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, tem a palavra o Sr. Deputado Carlos Pereira.

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^{as} Ministras: Cabe-me a mim, de alguma maneira, dar as últimas notas do Grupo Parlamentar do Partido Socialista sobre este debate.

Depois daquilo a que chamaria «fantasias anti-Bruxelas» das bancadas ao lado do Partido Socialista e, de alguma maneira, do exercício penoso de negação daquele que foi o contributo do Bloco de Esquerda e do PCP, nos últimos anos, para melhorar Portugal, gostaria de me concentrar nas observações da direita.

Começo por um partido que apresentou um projeto de resolução, o Iniciativa Liberal. Devo começar por elogiar a coragem de terem dito, na apresentação deste projeto de resolução, que o Governo não tem a mínima ideia do que quer fazer. E eu digo que quero elogiar a coragem porque o povo não deve compreender: isto é o que o Iniciativa Liberal quer fazer para reformar Portugal...

O orador exibiu o projeto de resolução apresentado pelo IL.

... e isto é o que o Governo quer fazer para reformar Portugal.

O orador exibiu o Programa Nacional de Reformas.

Aplausos do PS.

Confesso que o povo não deve perceber por que razão é que o Sr. Deputado não aproveitou a capacidade de iniciativa, a criatividade, a energia do Iniciativa Liberal para apresentar um Programa Nacional de Reformas que, de facto, interessasse ao País e valorizasse todas as expressões que utilizou na sua intervenção.

Risos do Deputado do IL Rodrigo Saraiva.

O Sr. Deputado pode rir, mas o povo não ri, porque uma página de meia dúzia de intervenções, a maior parte delas avulso, e, sobretudo, sem uma linha de rumo nem uma visão estratégica, não é um Programa Nacional de Reformas nem é uma linha de orientação séria para o País.

Portanto, o Sr. Deputado tem de responder ao País de uma forma clara. Que reformas, das que o País fez e quer fazer, é que o Sr. Deputado quer travar? O Sr. Deputado apresentou meia dúzia de intervenções e a pergunta que lhe faço é esta: quer travar todas as reformas que estão neste Programa Nacional de Reformas? Ou quais são as que quer travar? É muito importante que responda ao País.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Quanto ao PSD, devo dizer que, ao longo desta semana, tem estado num limbo: chegou ao debate do Plano de Estabilidade a dizer que o PS e o Governo tinham apresentado um documento de apenas 50 páginas e apresentou um projeto de resolução, que não interessa sequer comentar; mas chegou ao debate do Programa Nacional de Reformas, um plano importante, significativo, de mãos a abanar, eu diria mesmo de mãos vazias!

O Sr. Deputado que me antecedeu deveria ter sugerido ao seu Grupo Parlamentar que apresentasse pelo menos uma listinha — como fez o Iniciativa Liberal — de algumas propostas sobre o Programa Nacional de Reformas que o PSD quer para o País.

Eu percebo que o PSD tenha um histórico complicado nesta matéria, porque houve uma altura em que dizia, por exemplo, que no PRR sabia exatamente o que queria fazer.

Protestos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

Nessa altura, até criticava o PS porque tinha menos dinheiro para as empresas, criticava o PS porque tinha menos dinheiro para a saúde, criticava o PS porque tinha menos dinheiro para a digitalização. Ora, quando fomos ver a proposta do PSD, era o PSD que tinha menos dinheiro para as empresas, era o PSD que tinha menos dinheiro para a saúde, era o PSD que tinha menos dinheiro para a digitalização.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD.

Srs. Deputados, uma coisa é certa: os senhores chegaram aos debates desta semana de mãos a abanar, sem visão estratégica e sem nenhuma proposta para o País.

Finalmente, sobre o Chega, deixo duas notas.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Não tem é tempo!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — Primeiro, sobre ação climática, é preciso dizer que a União Europeia é a primeira a dizer que Portugal está na linha da frente desse combate.

Aplausos do PS.

Sobre crescimento económico, Sr. Deputado André Ventura, já percebi que o melhor é trazer uns desenhos, porque o Sr. Deputado não distingue minimamente o que é divergência do que é convergência.

Protestos do CH.

Podemos não estar a crescer como o Sr. Deputado gostaria — e como nós também gostaríamos —, mas estamos a crescer mais que a União Europeia,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — ... mesmo que isso custe ao Sr. Deputado.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado...

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — E o Sr. Deputado também não trouxe uma única linha,...

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado!

O Sr. **Carlos Pereira** (PS): — ... uma única intervenção sobre o que propõe para fazer crescer o País.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado, quando eu intervenho, tem de parar e ouvir-me. Tenho a dizer que excedeu o tempo de que dispunha para a sua intervenção.

Aplausos do PSD e do CH.

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rodrigo Saraiva, que dispõe de 50 segundos.

O Sr. **Rodrigo Saraiva (IL)**: — Sr. Presidente, Sr. Deputado Carlos Pereira, cheguei aqui há pouco tempo, mas tenho acompanhado os trabalhos parlamentares e já estou habituado a estes seus números cénicos, para não lhes dar outra adjetivação.

Fica-lhe muito bem vir para aqui, de fita métrica, medir o Programa. Eu não o vou fazer, nem o vou reencaminhar para o Programa Eleitoral da Iniciativa Liberal, que tinha 600 páginas de valor acrescentado. É que eu, aqui, na Assembleia da República, não quero propostas a crescer. Aquilo que eu quero é o País a crescer, que é aquilo que vocês não querem e não sabem fazer.

Aplausos do IL.

Fala de reformas? Na educação? Nada! Este documento, de Programa Nacional de Reformas, só tem o nome. Na educação? Nada! Quer que eu lembre o que fizeram na educação? O que aconteceu no Colégio de Lamas, com os seus amiguinhos ali da geringonça? Sabe o que é que aconteceu? Vá estudar! E na saúde, reformaram o quê? O que é que fizeram nas PPP (parcerias público-privadas), com os seus amiguinhos da geringonça? Não se lembra? Vá ali a Loures ver o que é que mudou, em três meses.

Podia falar de muitos outros temas, da justiça, da área fiscal... De reformas, este Programa só tem o nome.

Aplausos do IL.

O Sr. **Presidente**: — Para encerrar o debate, tem a palavra a Sr.^a Ministra da Presidência.

A Sr.^a **Ministra da Presidência**: — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Este debate mostrou que a oposição pode falar da falta de reformas, mas isso não significa que, depois, quando é para fazer essa discussão, aqui venha questionar o modelo de desenvolvimento e propor alternativas.

A Sr.^a **Alma Rivera (PCP)**: — Não é bem assim!

A Sr.^a **Ministra da Presidência**: — Era bom que nos entendêssemos sobre a acusação que fazem ao discurso e ao Programa do Governo: se o que dizem é que o País é sempre cor-de-rosa ou se o que dizem é que agora é que vai ser.

A questão é muito simples: este documento é um Programa Nacional de Reformas, que identifica problemas, reconhece avanços e diz o que falta fazer. É isso que se espera de um documento deste tipo.

Aplausos do PS.

Uma coisa é certa, nunca teremos as reformas de que o País precisa se partirmos de pressupostos e dados errados, como muito se ouviu hoje das bancadas da direita.

A questão é esta: então, Portugal não executa o Portugal 2020? De todos os países com um pacote financeiro significativo, Portugal é o que mais executa, com 70% da despesa reembolsada. É o país europeu que mais executou.

Aplausos do PS.

Portugal não cresce? Então, mas os dados não dizem que, entre 2016 e 2019, crescemos sete vezes mais do que entre 2000 e 2015? Dizem!

Aplausos do PS.

Gostaríamos de ter mais alunos no ensino superior? Com certeza que gostaríamos! Mas temos ou não a maior percentagem de sempre de alunos no ensino superior e vivemos ou não, nos últimos dois anos, uma crise que é a primeira da qual não resultou uma redução do número de alunos no ensino superior?

Aplausos do PS.

Diz o PSD que faltam reformas para a sustentabilidade dos sistemas sociais, do SNS e da segurança social. Não vamos discutir quais as reformas que a direita tem para a segurança social, que bem sabemos. Mas temos ou não, hoje, mais 23 anos de sustentabilidade da segurança social? Temos!

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

Falta reforçar a Administração Pública, diz o PSD? É bom olharmos para a queda do número de funcionários públicos que aconteceu na última vez que o PSD liderou o Governo...

O Sr. **André Ventura**: — A mesma história outra vez?

A Sr.^a **Ministra da Presidência**: — ... e para o que se passa agora, com uma recuperação que não só é dirigida aos setores que mais precisam, como é mais qualificada e assente nos centros de competências.

Aplausos do PS.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Os funcionários das finanças já receberam?

A Sr.^a **Ministra da Presidência**: — Acreditem, Srs. Deputados, podia continuar a percorrer, um a um, os indicadores que identificaram, mas vamos ao problema de fundo. E o problema de fundo é este: o que é uma reforma para os Srs. Deputados da direita e o que é uma reforma para o Governo? Os senhores dizem que não há reformas porque só reconhecem uma reforma se ela provocar dor, enfraquecimento do Estado e uma corrida para o fundo nos direitos dos portugueses.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^a Ministra, tem de concluir.

A Sr.^a **Ministra da Presidência**: — Vou terminar, Sr. Presidente.

É, por isso, natural que não reconheçam, no aumento de rendimentos, no emprego, na sustentabilidade da segurança social, na redução do abandono escolar, no aumento do número de alunos no ensino superior, na reforma do salário mínimo, na reforma dos transportes públicos ou na sustentabilidade da energia, uma reforma, mas isto são reformas e cá estamos para as continuar.

Aplausos do PS.

Protestos da Deputada do PSD Joana Barata Lopes.

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, assim concluímos o debate do terceiro ponto da nossa ordem de trabalhos, seguindo-se o período de votações.

Antes de mais, vamos proceder à verificação do quórum de deliberação, utilizando o sistema eletrónico.

Pausa.

Temos quórum, pelo que podemos passar às votações.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos começar pelo Projeto de Voto n.º 24/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Joel Hasse Ferreira.

Tratando-se de um antigo Deputado desta Casa, o projeto de voto será lido por um Deputado do Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Gil Costa.

O Sr. **Gil Costa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começo por cumprimentar os familiares de Joel Hasse Ferreira presentes nas galerias.

O projeto de voto é do seguinte teor:

«Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira faleceu no passado dia 18 de março, em Lisboa.

Nascido a 13 de julho de 1944, em Lisboa, licenciado em Engenharia Civil pelo Instituto Superior Técnico, doutorado em Ciências de Gestão pela Universidade Lyon e com formação complementar na área de Gestão de Projetos em Estocolmo e na Manchester Business School, Joel Hasse Ferreira foi professor catedrático da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, dedicou-se à docência, designadamente como professor coordenador e diretor do ISCAD, Instituto Superior de Ciências da Administração, tendo ainda lecionado em outros estabelecimentos de ensino superior em diferentes áreas do conhecimento, como sejam a Gestão, o Marketing e Comunicação, os Estudos Europeus, a Economia e a Ciência Política.

O seu profundo e vasto conhecimento deu origem a várias obras literárias e a ser conferencista convidado em Portugal e em outras latitudes de diferentes continentes.

O seu prestígio e reconhecida competência como gestor levaram-no a ocupar cargos públicos e privados, designadamente os de Presidente do Instituto de Gestão dos Fundos de Capitalização da Segurança Social, Presidente do Conselho de Administração da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, presidente da Empresa de Mármore Marblarte, formador do IPE e administrador da Empresa do Jornal do Comércio.

Corajoso e homem de convicções, o regime fascista e a guerra colonial tiveram em Joel Hasse Ferreira um firme combatente que sempre defendeu a liberdade, a democracia e os direitos fundamentais.

A sua dedicação ao poder local democrático deixou marcas indeléveis, nomeadamente enquanto Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, entre 1990 e 1993, Vereador da Câmara Municipal de Sesimbra, entre 1994 e 1997, e, ainda, como Vereador da Câmara Municipal de Lisboa, entre 1982 e 1985.

Antes de assumir a função de Deputado ao Parlamento Europeu, que desempenhou entre 2005 e 2009, Joel Hasse Ferreira foi um dos mais distintos parlamentares em diversas legislaturas. Deputado à Assembleia da República na III Legislatura, eleito pela antiga União da Esquerda para a Democracia Socialista, foi como Deputado eleito pelo Partido Socialista nas VI, VII, VIII e IX Legislaturas que Joel Hasse Ferreira se afirmou como um dos mais brilhantes parlamentares da sua geração.

A sua frontalidade, lealdade e força na defesa das causas que abraçou sempre foram acompanhadas pelo respeito pelos seus opositores, o que lhe permitiu granjear amizades e conquistar a admiração de todos. O falecimento de Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira constitui uma perda irreparável para o País, para o nosso regime democrático, para os seus muitos amigos próximos e, sobretudo, para a sua família.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, evoca a memória de Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira e apresenta à sua família as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Saúdo os familiares do nosso antigo Colega Joel Hasse Ferreira que se encontram presentes nas galerias.

Srs. Deputados, segue-se o Projeto de Voto n.º 34/XV/1.^a (apresentado pelo PAR e subscrito pelo PS, pelo PSD, pelo CH, pelo IL, pelo PCP, pelo BE, pelo PAN e pelo L) — De pesar pelo falecimento de Eunice Muñoz. Peço à Sr.^a Secretária Maria da Luz Rosinha o favor de proceder à respetiva leitura.

A Sr.^a **Secretária** (Maria da Luz Rosinha): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no passado dia 15 de abril, aos 93 anos, Eunice Muñoz, referência maior do teatro português do século XX e XXI, que marcou, com um talento inigualável, os palcos portugueses.

Eunice Muñoz nasceu na Amareleja, em 1928, no seio de uma família de atores, tendo cedo começado a sua longa e admirável carreira. Estreou-se profissionalmente nos palcos com apenas 13 anos, com *Vendaval*, de Virgínia Vitorino, uma peça dirigida pela sua mestre, Amélia Rey Colaço, e Robles Monteiro.

Ao longo de 80 anos de carreira, fez rir e chorar milhões de portugueses, que tiveram o privilégio de a ver atuar. Como foi seu desejo, terminaria, em 2021, a sua carreira no mesmo palco onde se estreou, no Teatro Nacional D. Maria II.

No teatro, trabalhou com os maiores, como Palmira Bastos, Maria Matos, António Silva, Vasco Santana, Francisco Ribeiro (Ribeirinho), Raul Solnado, Carlos Avilez, Filipe La Féria ou João Perry, tendo pisado todos os palcos nacionais.

Interpretou inúmeros autores, como Tennessee Williams, Bernardo Santareno, Jean Racine, Eurípedes, ou Bertolt Brecht, para nomear apenas alguns. Deste último autor, interpretaria uma das peças da sua vida, *Mãe Coragem e os Seus Filhos*.

Também se distinguiu no cinema, onde chegou em 1946, com um papel em *Camões*, de Leitão de Barros (pelo qual ganharia o prémio para a melhor atriz cinematográfica do ano), participando em várias películas ao longo da sua vida, como *A Morgadinha dos Canaviais*, de Caetano Bonucci e Amadeu Ferrari (1949), *Manhã Submersa*, de Lauro António (1980), ou *Tempos Difíceis*, de João Botelho (1987).

Além do teatro e do cinema, Eunice Muñoz também foi uma presença marcante na televisão, onde tocou o coração de muitas gerações de portugueses, nomeadamente através de telenovelas, como *A Banqueira do Povo*.

Eunice Muñoz tinha um talento imenso, cuja chama se manteria ao longo dos anos, até ao cair do pano, pois, como dizia, amava a vida, e 'amar a vida é fundamental'.

A sua vasta carreira foi amplamente reconhecida e distinguida, com múltiplos prémios e homenagens, bem como distinções oficiais, com destaque para as recentes Grã-Cruz da Ordem do Infante D. Henrique, em 2011, Grã-Cruz da Ordem do Mérito, em 2018, ou a Grã-Cruz da Ordem Militar de Sant'Iago da Espada, em 2021.

Eunice Muñoz partiu no dia 15 de abril, deixando a cultura nacional mais pobre, o que é simbolicamente assinalado com o luto nacional decretado pelo Governo. No entanto, como sucede com as figuras maiores, o seu exemplo e o seu legado permanecerão, cabendo-nos honrar a sua memória, continuando a celebrar o teatro.

A Assembleia da República, reunida em sessão plenária, expressa o seu profundo pesar pelo falecimento de Eunice Muñoz, prestando homenagem à enorme atriz e figura da cultura nacional, transmitindo à sua família e amigos as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Saúdo os familiares da atriz Eunice Muñoz presentes nas galerias.

Srs. Deputados, passamos ao Projeto de Voto n.º 35/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Gastão Cruz. Peço ao Sr. Secretário Duarte Pacheco que proceda à respetiva leitura.

O Sr. **Secretário** (Duarte Pacheco): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Com a morte de Gastão Cruz, a literatura, a língua e a cultura portuguesas perdem um dos seus mais importantes poetas e ensaístas no último século.

Natural de Faro, onde nasceu em 1941, foi muito jovem, ainda, um dos animadores da *Poesia 61*, com Casimiro de Brito, Fiama Hasse Pais Brandão, Luíza Neto Jorge e Maria Teresa Horta. Foi desse tempo a publicação da sua primeira obra, *A Morte Percutiva*, ponto de partida para um percurso criativo de grande relevância.

Diplomou-se em Filologia Germânica na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, onde foi aluno de David Mourão-Ferreira. Cedo colaborou com poemas, ensaios e críticas em diversos jornais e revistas, entre os quais os *Cadernos do Meio Dia*, publicados em Faro sob a direção de António Ramos Rosa e Casimiro de Brito. *A Poesia 61* foi uma das principais contribuições para a renovação da linguagem poética, apesar de constituir, nas suas palavras, não um movimento, mas ‘uma reunião de conveniência editorial’.

Democrata de sempre, participou no movimento estudantil de 1962, tendo sido preso. Em 1964, foi um dos organizadores da *Antologia da Poesia Universitária*, o que lhe conferiu um importante papel na divulgação, promoção e crítica da poesia contemporânea, bem como do teatro e da música, através da organização de antologias e direção de recitais. Com Fiama Hasse Pais Brandão, com quem foi casado, desenvolveu a paixão pelo teatro, tendo ambos estado na génese do Teatro Hoje, no início dos anos 70, que o poeta dirigiu até à extinção em 1994.

Traduziu e encenou peças de Crommelynck, Strindberg, Camus, Tchekov, Shakespeare, bem como *Uma Abelha na Chuva*, de Carlos de Oliveira, que adaptou para teatro.

Foi professor do ensino secundário, exerceu funções de Leitor de Português no King’s College, e foi um dos diretores da Fundação Luís Miguel Nava e da revista *Relâmpago*.

A obra de Gastão Cruz foi marcada pela valorização da palavra, pela procura do ‘peso certo para cada palavra’, pela precisão formal e pela ligação entre a sensibilidade e a reflexão.

Como grande conhecedor da tradição poética portuguesa e da criação anglo-saxónica, os seus poemas e ensaios constituem exemplos de vitalidade cultural, cultivando os valores da memória, da liberdade, refletindo em polaridades como amor e morte, corpo e lugar, esperança e desespero, quotidiano e tempo.

Assim, reunida em sessão plenária, a Assembleia da República presta a sua homenagem à memória de Gastão Cruz, ao seu talento, originalidade e apego a um profundo sentido de humanidade, endereçando as suas sentidas condolências à família e amigos.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Saúdo os familiares do poeta Gastão Cruz presentes nas galerias.

Srs. Deputados, vamos passar ao Projeto de Voto n.º 36/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de Madalena Sá e Costa. Peço à Sr.^a Secretária Palmira Maciel o favor de lê-lo.

A Sr.^a **Secretária** (Palmira Maciel): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no dia 18 de abril de 2022, aos 106 anos de idade, Madalena Sá e Costa, a eminente violoncelista portuense, cujo percurso biográfico e musical se confunde com a história da música em Portugal do século XX.

Filha do compositor Luiz Costa e da pianista Leonilda Moreira de Sá, ambos discípulos do mestre Vianna da Motta, e neta do grande violinista Bernardo Moreira de Sá, fundador do Conservatório de Música do Porto e do Orpheon Portuense, Madalena Sá e Costa cresceu num ambiente propício à prática e à reflexão musical e artística.

Em 1940, conclui o curso no Conservatório Nacional, sob tutela de Isaura Pavia de Magalhães, completando a sua formação com nomes como Paul Grümmer, Sandor Végh e Pau Casals, entre outros. Contudo, é o seu encontro com Guilhermina Suggia, de quem foi discípula diletta, que marca, de forma profunda, a sua formação,

e sobre quem destacará sempre a sua influência, a admiração pela sua mestria e as suas características raras como pedagoga.

Teve uma longuíssima carreira como violoncelista, marcada por recitais e concertos, em Portugal e em digressões pelo estrangeiro, num percurso que se cruza, frequentemente, com o da irmã, Helena Sá e Costa — extraordinária pianista com quem manteve uma colaboração artística durante 50 anos. Integrou a Orquestra Sinfónica da Emissora Nacional, entre 1966 e 1984, sendo instrumentista de Câmara da Orquestra Sinfónica do Porto, em 1970, e da Camerata Musical do Porto, que fundou, entre 1979 e 1989.

Ganhou, entre outros, o prémio Orpheon Portuense, 1939, Emissora Nacional, em 1943, Morrisson da Fundação Harriet Cohen, em 1958, Guilhermina Suggia, SNI, *ex aequo*, em 1966, e tocou em orquestras sob a direção de maestros como Pedro Freitas Branco, Frederico de Freitas, Ivo Cruz, Fritz Riegger, Jacques Pernood, Gunther Argebe, Ferreira Lobo, Pedro Blanch e Silva Pereira.

A sua atividade não se limitou à interpretação musical em orquestras e agrupamentos, tendo construído ainda um importante percurso como professora e pedagoga, nos conservatórios de música do Porto e da Fundação Calouste Gulbenkian, em Braga. Deixa-nos um inestimável legado nos domínios da pedagogia musical, da interpretação e da composição para violoncelo.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, exprime o seu profundo pesar pela morte de Madalena Sá e Costa, e manifesta e endereça aos seus familiares e amigos as suas mais sentidas condolências, prestando-lhe uma merecida homenagem.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos votar a parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Srs. Deputados, segue-se o Projeto de Voto n.º 39/XV/1.^a (apresentado pelo PCP e subscrito por uma Deputada do PS) — De pesar pelo falecimento de Jaime Serra. Tratando-se de um antigo Deputado desta Casa, cabe ao Grupo Parlamentar do PCP a leitura do projeto de voto, pelo que tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Destacado dirigente comunista e combatente antifascista, Jaime Serra, Deputado à Assembleia Constituinte e Deputado à Assembleia da República, faleceu em Lisboa, no dia 9 de fevereiro, com 101 anos.

Jaime Serra dedicou a sua vida à luta pela liberdade e pela democracia e representou, pela sua coragem e firmeza, mesmo nas condições mais adversas, um exemplo para todos os comunistas e democratas que resistiram e combateram a longa noite fascista.

Nascido em 1921, em Alcântara, Jaime Serra começou a trabalhar na construção civil aos 12 anos, tendo ingressado como operário no Arsenal do Alfeite em 1940, onde trabalhou até 1947, ano em que passou à clandestinidade e assumiu relevantes tarefas de direção do PCP.

Militante do PCP desde 1936, Jaime Serra foi preso pela primeira vez aos 15 anos. Entre 1947 e 1958, foi preso por três vezes e por três vezes conseguiu fugir das cadeias fascistas.

A quarta e última prisão ocorreu em dezembro de 1958 e a última fuga é a histórica fuga da Fortaleza de Peniche, em 3 de janeiro de 1960, tendo participado na sua preparação, organização e direção no interior da cadeia com Joaquim Gomes e Álvaro Cunhal.

Em junho de 1962, teve destacado papel na direção, organização e transporte — onde participou diretamente — da saída clandestina de Portugal, por via marítima entre Lisboa e o Norte de África, de Agostinho Neto e Vasco Cabral, para se juntarem à luta de libertação nacional dos seus povos.

Entre 1971 e 1974, assumiu responsabilidades pela organização e direção da ARA — Ação Revolucionária Armada.

Foi Deputado à Assembleia Constituinte e Deputado à Assembleia da República pelos distritos de Setúbal e Coimbra até 1983.

Jaime Serra deixou editadas obras onde inscreve a experiência e vivência própria da luta e atividade política e partidária: *Eles têm o direito de saber*; *As explosões que abalaram o fascismo*; *O abalo do poder*; e *12 Fugas das Prisões de Salazar*.

Reunida em Plenário, a Assembleia da República manifesta as suas condolências aos familiares de Jaime Serra e ao seu partido, o Partido Comunista Português.»

O Sr. **Presidente**: — Srs. Deputados, vamos passar à votação da parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Saúdo os familiares de Jaime Serra aqui presentes.

Passamos ao Projeto de Voto n.º 41/XV/1.^a (apresentado pelo PS) — De pesar pelo falecimento de António Maldonado Gonelha. Como se trata de um antigo Deputado desta Casa, peço à Sr.^a Deputada Edite Estrela o favor de ler o projeto de voto.

A Sr.^a **Edite Estrela** (PS): — Sr. Presidente e Sr.^{as} e Srs. Deputados, o projeto de voto é do seguinte teor:

«Faleceu, no passado dia 13 de abril de 2022, o antigo sindicalista, Deputado, ministro e gestor António Maldonado Gonelha.

Nascido em Lisboa, em 9 de junho de 1935, Maldonado Gonelha destacou-se ao longo de toda a sua vida como um exemplo de coragem e de determinação no combate pela Liberdade e pela construção da Democracia.

Eletricista de profissão, com formação em eletricidade e radiotécnica, Maldonado Gonelha concluiu o 4.º Ano de Matemáticas Superiores da Faculdade de Ciências.

O seu percurso cívico inicia-se no movimento sindical, ainda antes do 25 de Abril, acreditando sempre no papel que a liberdade sindical deveria assegurar numa democracia plural e na dinamização da vida económica, social e política do País.

No Sindicato Nacional dos Eletricistas e na Federação Nacional dos Sindicatos dos Eletricistas, o seu papel ativo torna-o figura de destaque, tendo mesmo chegado a ser designado para a Câmara Corporativa como vogal do conselho geral desta federação sindical, entre 1973-74, antes da queda da Ditadura. Já em Democracia, permanece ligado ao mundo sindical e desempenhará um papel preponderante na formação da UGT.

Politicamente ativo antes e depois da Revolução dos Cravos, Maldonado Gonelha teve um invejável percurso político, tendo desempenhado os mais relevantes cargos públicos. Nos primeiros governos provisórios, foi adjunto do Ministro dos Transportes e Comunicações e do Ministro da Indústria e Subsecretário de Estado do Trabalho. Mais tarde, foi Secretário de Estado do Trabalho do I Governo Constitucional, Ministro do Trabalho nos I e II Governos Constitucionais e Ministro da Saúde no IX Governo Constitucional. Foi também Deputado à Assembleia da República na I Legislatura (pelo círculo de Setúbal), na II Legislatura (pelo círculo de Leiria), e nas III e IV Legislaturas (de novo por Setúbal) e exerceu funções como presidente da Assembleia Municipal de Setúbal após as primeiras eleições autárquicas de 1976. Seria aí, aliás, que marcaria grande parte do seu percurso no Partido Socialista, presidindo à respetiva Federação Distrital, tendo igualmente militado na concelhia de Oeiras.

O seu prestígio e reconhecida competência como gestor levaram-no, mais tarde, a ocupar cargos públicos e privados de direção, integrando a administração da EDP, da Petrogal, da Quimigal, da COVINA, da Fórum Atlântico, da Lusitânia-Companhia de Seguros e do Montepio Geral, tendo, também, presidido à Fundação Caixa Geral de Depósitos. Foi, ainda, presidente dos conselhos gerais dos Hospitais de Santa Cruz e de Miguel Bombarda e do Grupo Hospitalar de Cascais José de Almeida.

Cidadão de convicções fortes, Maldonado Gonelha era uma pessoa singular. As suas muitas qualidades políticas e humanas — invulgar inteligência, grande perspicácia, capacidade organizativa e de trabalho, enorme afabilidade nas relações humanas — marcaram indelevelmente aqueles que com ele privaram e com ele se empenharam na defesa dos valores da liberdade e da democracia. Permanecerá, por isso, um exemplo e uma inspiração para todos os que prosseguem na construção desse caminho.

Assim, a Assembleia da República, reunida em sessão plenária, evoca a memória de António Maldonado Gonelha e apresenta à sua família, aos amigos e ao Partido Socialista as mais sentidas condolências.»

O Sr. **Presidente**: — Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos passar à votação da parte deliberativa do projeto de voto que acaba de ser lido.

Submetida à votação, foi aprovada por unanimidade.

Saúdo os familiares de António Maldonado Gonelha aqui presentes.

Srs. Deputados, na sequência das votações a que acabámos de proceder, vamos guardar 1 minuto de silêncio em honra de todos estes nossos concidadãos.

A Câmara guardou, de pé, 1 minuto de silêncio.

Passamos, agora, à votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 1/XV/1.ª (GOV) — Consagra um pacote de medidas, de natureza extraordinária e temporária, para fazer face aos efeitos decorrentes do aumento dos preços dos combustíveis.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do IL, do BE e do L e abstenções do CH, do PCP e do PAN.

O Sr. **Presidente**: — Sr. Deputado Rui Cristina, está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Cristina** (PSD): — Sr. Presidente, para lhe dizer que não consegui registar-me.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

A Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real também está a pedir a palavra. Para que efeito?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, para anunciar que entregarei uma declaração de voto escrita sobre a votação que acabámos de fazer.

O Sr. **Presidente**: — Fica também registado, Sr.ª Deputada.

Vamos proceder à votação, na especialidade, da Proposta de Lei n.º 1/XV/1.ª (GOV).

Começamos por votar a proposta, apresentada pelo PS, de emenda à alínea a) do artigo 1.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do IL, do PCP, do BE e do L e a abstenção do PAN.

É a seguinte:

a) Suspensão dos limites mínimos das taxas unitárias do imposto sobre os produtos petrolíferos (ISP) estabelecidos nos artigos 92.º, 94.º, e 95.º do Código dos Impostos Especiais sobre o Consumo (Código dos IEC), aprovado em anexo ao Decreto-Lei n.º 73/2010, de 21 de junho, na sua redação atual, aplicáveis ao gasóleo e gasolina sem chumbo.

O Sr. **Presidente**: — Com a aprovação desta proposta de alteração do PS, fica prejudicada a votação da proposta de alteração apresentada pelo PSD, que incidia sobre a mesma alínea do mesmo artigo.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, pedia-lhe apenas que nos concedesse 20 segundos, para podermos fazer uma confirmação. Julgo que a proposta do PSD não fica prejudicada.

O Sr. **Presidente**: — Muito bem, Sr. Deputado.

Pausa.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, a proposta do PSD fica prejudicada, sim. Tem que ver com uma alteração que foi feita à última hora.

O Sr. **Presidente**: — Sendo assim, confirma a leitura da Mesa.
Fica também prejudicada a votação da alínea a) do artigo 1.º da proposta de lei.

Pausa.

Passamos, então, à votação da alínea b) do artigo 1.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do IL, do BE, do PAN e do L e a abstenção do PCP.

De seguida, vamos votar a proposta, apresentada pelo PAN, de emenda da alínea c) do artigo 1.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PSD e do PCP, votos a favor do CH, do BE, do PAN e do L e a abstenção do IL.

Era a seguinte:

c) Isenção de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) sobre adubos, fertilizantes, corretivos de solos e outros produtos para alimentação de gado, aves e outros animais, quando utilizados em atividades de produção agrícola e animais de companhia.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da alínea c) do artigo 1.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do IL, do BE e do L e abstenções do PCP e do PAN.

Importa, agora, votar o corpo do artigo 1.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do IL, do BE e do L, votos contra do PCP e a abstenção do PAN.

Passamos à votação da proposta, apresentada pelo IL, de emenda do n.º 1 do artigo 2.º da proposta de lei

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do L, votos a favor do CH e do IL e abstenções do PSD, do PCP, do BE e do PAN.

Era a seguinte:

1 — Os valores das taxas unitárias do ISP, determinados nos termos do artigo 92.º do Código dos IEC, relativos à gasolina sem chumbo, código NC 2710 11 41 a 2710 11 49, e ao gasóleo, código NC 2710 19 41 a

2710 19 49, podem ser fixados até à taxa mínima de zero euros e até à taxa máxima de (euro) 359,00 por 1000 l. e (euro) 330,00 por 1000 l., respetivamente.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PS, de emenda do n.º 1 do artigo 2.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do IL, do PCP, do BE e do L e abstenções do CH e do PAN.

É a seguinte:

1 — Os valores das taxas unitárias do ISP, determinados nos termos dos artigos 92.º, 94.º e 95.º do Código dos IEC, relativos à gasolina sem chumbo, código NC 2710 11 41 a 2710 11 49, e ao gasóleo, código NC 2710 19 41 a 2710 19 49, podem ser fixados à taxa mínima de zero euros.

O Sr. **Presidente**: — Penso que podemos concluir que se encontra prejudicada a votação da proposta, apresentada pelo PSD, de emenda do n.º 1 do artigo 2.º da proposta de lei.

Era a seguinte:

1 — Os valores das taxas unitárias do ISP, determinados nos termos dos artigos 92.º, 94.º e 95.º do Código dos IEC, relativos à gasolina sem chumbo, código NC 2710 11 41 a 2710 11 49, e ao gasóleo, código NC 2710 19 41 a 2710 19 49, podem ser fixados à taxa mínima de zero euros.

O Sr. **Presidente**: — Fica, igualmente, prejudicada a votação do n.º 1 do artigo 2.º da proposta de lei. Segue-se a proposta, apresentada pelo PS, de emenda do n.º 2 do artigo 2.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do IL, do PCP, do BE e do L e a abstenção do PAN.

É a seguinte:

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são aplicáveis todas as disposições legais e regulamentares referentes aos intervalos de valores das taxas unitárias do ISP referentes aos artigos 92.º, 94.º e 95.º do Código dos IEC.

O Sr. **Presidente**: — Fica, assim, prejudicada, julgo, a votação da proposta, apresentada pelo PSD, de emenda do n.º 2 do artigo 2.º da proposta de lei.

Era a seguinte:

2 — Sem prejuízo do disposto no artigo anterior, são aplicáveis todas as disposições legais e regulamentares referentes aos intervalos de valores das taxas unitárias do ISP referentes aos artigos 92.º, 94.º e 95.º do Código dos IEC.

O Sr. **Presidente**: — Está igualmente prejudicada a votação do n.º 2 do artigo 2.º da proposta de lei.

Passamos, então, à votação da proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de um n.º 3 ao artigo 2.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PAN e do L e votos a favor do PSD, do CH, do IL, do PCP e do BE.

Era a seguinte:

3 — Em acréscimo às medidas habilitadas no número anterior e as reduções concretas que venham a ser fixadas em portaria, no ano do 2022 e, se necessário, nos anos seguintes, o Governo reduz o ISP, nos produtos com os códigos referidos no n.º 1, em valor igual à cobrança adicional de IVA em 2021 sobre os preços dos combustíveis que resultou do aumento do preço dos mesmos nos mercados internacionais, comparando com o ano de 2020, até ao montante do 170 milhões de euros.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de um n.º 4 ao artigo 2.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do PAN, votos a favor do PSD, do CH, do IL, do BE e do L e a abstenção do PCP.

Era a seguinte:

4 — Para efeitos da aplicação do número anterior, é reduzido ao montante do número anterior o valor da devolução já realizada com a medida AutoVaucher no ano de 2021.

O Sr. **Presidente**: — Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de um n.º 5 ao artigo 2.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do L, votos a favor do PSD, do CH, do IL e do BE e abstenções do PCP e do PAN.

Era a seguinte:

5 — Para efeitos do disposto nos n.ºs 1 e 2, a fixação dos valores das taxas unitárias do ISP deve respeitar os níveis mínimos de tributação aplicável aos carburantes, nos termos constantes do quadro A do anexo I da Diretiva 2003/96/CE do Conselho, de 27 de outubro de 2003.

O Sr. **Presidente**: — Temos, de seguida, a proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de um n.º 6 ao artigo 2.º da proposta de lei.

Vamos votá-la.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do L, votos a favor do PSD, do CH, do IL e do BE e abstenções do PCP e do PAN.

Era a seguinte:

6 — O cálculo dos níveis mínimos de tributação a que se refere o número anterior deve considerar, para além dos valores das taxas unitárias de ISP, os valores relativos ao adicionamento sobre as emissões de CO₂, previsto no artigo 92.º-A do Código dos IEC, bem como à contribuição de serviço rodoviário, criada pela Lei n.º 55/2007, de 31 de agosto.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, queria anunciar que, relativamente às últimas votações das propostas do PSD, apresentaremos uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Pedro Filipe Soares** (BE): — Isso não existe!

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.
Vamos passar, então, à votação do artigo 3.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do IL, do BE, do PAN e do IL e abstenções do CH e do PCP.

Importa agora votar a proposta, apresentada pelo Chega, de emenda da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do PAN, votos a favor do CH e do PCP e abstenções do PSD, do IL, do BE e do L.

Era a seguinte:

a) Adubos, fertilizantes, produtos fitofarmacêuticos e corretivos de solos, bem como sementes e plantas; e

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação da alínea a) do n.º 1 do artigo 4.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do IL, do PCP, do BE e do L e abstenções do CH e do PAN.

Segue-se a votação da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do IL, do PCP, do BE e do L e a abstenção do PAN.

Passamos à votação da proposta, apresentada pelo Chega, de aditamento de uma alínea c) ao n.º 1 do artigo 4.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, votos a favor do CH e do BE e abstenções do PSD, do IL, do PCP, do PAN e do L.

Era a seguinte:

c) Produtos e medicamentos de utilização veterinária.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar o corpo do n.º 1 do artigo 4.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do IL, do PCP, do BE e do L e abstenções do CH e do PAN.

Segue-se a votação do n.º 2 do artigo 4.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor PS, do PSD, do CH, do IL, do PCP, do BE e do L e a abstenção do PAN.

Votamos, agora, a proposta, apresentada pelo Chega, de aditamento de um n.º 3 ao artigo 4.º da proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PSD e do PCP, votos a favor do CH, do BE e do PAN e abstenções do IL e do L.

Era a seguinte:

3 — Estão isentas de IVA as transmissões que digam respeito a produtos para alimentação de animais de companhia.

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo Chega, de aditamento de um artigo 4.º-A.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do IL e do PAN, votos a favor do CH e do BE e abstenções do PSD, do PCP e do L.

Era a seguinte:

Artigo 4.º-A Eletricidade Agrícola

Durante o período de vigência do presente diploma, o valor de apoio a conceder no âmbito do artigo 4.º da Lei n.º 37/2021, de 15 de junho, é de 20% também para as situações previstas na alínea *b*).

O Sr. **Presidente**: — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PAN, de aditamento de um novo artigo 5.º à proposta de lei.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PSD e do PCP, votos a favor do CH, do BE, do PAN e do L e a abstenção do IL.

Era a seguinte:

Artigo 5.º Tributação de bens para alimentação de animais de companhia

1 — Estão isentas de IVA as transmissões de quaisquer produtos próprios para alimentação de animais de companhia, incluindo os detidos ou a cargo das associações de proteção animal.

2 — As operações referidas no número anterior conferem o direito à dedução do imposto que tenha incidido sobre bens ou serviços adquiridos, importados ou utilizados pelo sujeito passivo para a sua realização.

O Sr. **Presidente**: — Passamos à votação do artigo 5.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do BE, do PAN e do L e abstenções do IL e do PCP.

Vamos proceder à votação final global da Proposta de Lei n.º 1/XV/1.ª (GOV) — Consagra um pacote de medidas, de natureza extraordinária e temporária, para fazer face aos efeitos decorrentes do aumento dos preços dos combustíveis, com as alterações entretanto aprovadas.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do IL, do BE e do L e abstenções do CH, do PCP e do PAN.

A Sr.ª **Susana Amador** (PS): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, Sr.ª Deputada.

A Sr.^a **Susana Amador** (PS): — Sr. Presidente, relativamente a esta proposta de lei, queria solicitar a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações por inexatidões e referir ainda que, no artigo 1.º, alínea *b*), onde se lê «Entidade Reguladora do Setor Elétrico (ERSE)», deve ler-se pela «Entidade Reguladora do Setor Energético (ERSE)». Trata-se de um lapso.

O Sr. **Presidente**: — Não havendo objeções, considera-se aprovado o requerimento oral de dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações por inexatidões relativamente à proposta de lei.

Tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Dias, do PCP.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, desejava solicitar-lhe que, no momento próprio, me autorizasse a fazer uma declaração de voto oral sobre o que acabámos de votar.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado. As declarações de voto orais terão lugar no final das votações.

Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, pedi a palavra exatamente para o mesmo efeito, ou seja, também para anunciar uma declaração de voto oral.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para indicar que, em relação à alínea *b*) do n.º 1 do artigo 4.º, apresentaremos uma declaração de voto escrita.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.^a Deputada.

Sr. Deputado Hugo Carneiro, tem a palavra.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é também para anunciar uma declaração de voto oral.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos, então, proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 13/XV/1.^a (PCP) — Plano estratégico para a soberania alimentar nacional.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do CH, do IL e do PAN, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do L.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, queria apenas dizer que o Livre apresentará uma declaração de voto por escrito sobre a votação deste projeto de lei.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.^a Deputada.

Passamos agora à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 14/XV/1.^a (PCP) — Aprova medidas urgentes para a produção de cereais.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD e do IL, votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do L e a abstenção do CH.

Entretanto, peço ao Sr. Vice-Presidente Adão Silva que faça o favor de me substituir daqui a 10 minutos, porque às 14 horas receberei o Presidente do Senado do Brasil.

Vamos prosseguir, então, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 15/XV/1.^a (PCP) — Medidas para melhoria do funcionamento da cadeia agroalimentar.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD e do IL, votos a favor do PCP, do BE e do L e abstenções do CH e do PAN.

Segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 16/XV/1.^a (PCP) — Reduz o preço dos combustíveis através do nível de incorporação de biocombustíveis.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD e do IL, votos a favor do PCP e do PAN e abstenções do CH, do BE e do L.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, apresentaremos uma declaração de voto sobre a votação deste projeto de lei.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, vamos continuar, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 17/XV/1.^a (PCP) — Reduz o IVA da eletricidade e do gás para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD, do CH, do IL, do PCP, do BE e do L e a abstenção do PAN.

Os Srs. Deputados Rui Tavares e Inês de Sousa Real deram, entretanto, a indicação à Mesa de que apresentarão declarações de voto escritas sobre esta votação.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 18/XV/1.^a (PCP) — Fixa um preço de referência para combater a especulação e reduzir os preços dos combustíveis e do GPL.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do CH e do IL e votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do L.

Vamos proceder à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 19/XV/1.^a (PCP) — Alarga o acesso à tarifa regulada de eletricidade e elimina o seu caráter transitório.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD e do IL, votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do L e a abstenção do CH.

Prosseguimos, com a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 20/XV/1.^a (PCP) — Elimina o chamado «adicional ao ISP» e a dupla tributação dos combustíveis (IVA sobre ISP).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do CH, do IL, do PCP, do BE e do L e abstenções do PSD e do PAN.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço mais uma vez a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço desculpa por estar a interromper, mas é para dizer que apresentaremos uma declaração de voto por escrito relativamente a esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.
Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, faça favor.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para anunciar que também apresentaremos uma declaração de voto sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica também registado, Sr.^a Deputada.

Passamos, então, à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 38/XV/1.^a (CH) — Fixa um desconto extraordinário sobre o preço por litro de combustível.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS e do PAN, votos a favor do CH, do IL e do BE e abstenções do PSD, do PCP e do L.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Peço a palavra, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, é para solicitar que, em momento próprio, possamos fazer uma declaração de voto oral também sobre a votação deste diploma.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.
Sr. Deputado André Ventura, faça favor.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, na sequência do pedido feito pelo Sr. Deputado Bruno Dias, queremos também fazer uma declaração de voto oral sobre a votação deste projeto de lei.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Tenho mais influência do que penso!

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr. Deputado.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, segue-se a votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 49/XV/1.^a (IL) — Redução do IVA da eletricidade e do gás para a taxa reduzida de 6% (alteração ao Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 394-B/84, de 26 de dezembro).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do PSD, do CH, do IL, do PCP, do BE e do L e a abstenção do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente**: — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, queria indicar que apresentarei uma declaração de voto escrita sobre esta votação.

O Sr. **Presidente**: — Fica registado, Sr.^a Deputada.

Passamos à votação, na generalidade, do Projeto de Lei n.º 50/XV/1.^a (PCP) — Cria uma medida de apoio aos custos com a gasolina na atividade da pequena pesca artesanal e costeira (Gasolina Verde).

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do IL e do PAN, votos a favor do CH, do PCP, do BE e do L e a abstenção do PSD.

Votaremos, de seguida, na generalidade, o Projeto de Lei n.º 51/XV/1.^a (BE) — Reduz os impostos sobre os combustíveis e elimina a dupla tributação.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do CH, do IL, do PCP, do BE e do L e abstenções do PSD e do PAN.

Os Srs. Deputados Rui Tavares e Inês de Sousa Real deram, entretanto, a indicação à Mesa de que apresentarão declarações de voto escritas sobre esta votação.

Prosseguimos, com a votação do Projeto de Resolução n.º 9/XV/1.^a (PCP) — Regime extraordinário de apoio ao gasóleo colorido e marcado por forma a repor o preço praticado em janeiro de 2021.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do IL e do PAN e votos a favor do CH, do PCP, do BE e do L.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 31/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que promova uma campanha de informação que permita aos consumidores finais acompanhar e compreender a formação e evolução dos preços dos combustíveis.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do CH, do IL, do BE e do PAN e abstenções do PCP e do L.

Neste momento, assumiu a presidência o Vice-Presidente Adão Silva.

O Sr. **Presidente**: — Cumprimento as Sr.^{as} e os Srs. Deputados.

Vamos, então, prosseguir, com a votação, na generalidade, da Proposta de Lei n.º 2/XV/1.^a (GOV) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS e do L e abstenções do PSD, do CH, do IL, do PCP, do BE e do PAN.

Vamos passar às votações na especialidade, consignadas no guião suplementar II, relativas à Proposta de Lei n.º 2/XV/1.^a (GOV) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental.

Vamos votar o artigo 1.º da referida proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do CH, do PAN e do L e abstenções do PSD, do IL, do PCP e do BE.

Prosseguimos, com a votação da proposta, apresentada pelo Partido Socialista, de aditamento de um n.º 3 ao artigo 8.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PAN e do L, votos contra do PCP e do BE e abstenções do PSD, do CH e do IL.

É a seguinte:

3 — As previsões macroeconómicas e orçamentais para efeitos de programação orçamental são objeto de uma avaliação regular publicada pelo Conselho das Finanças Públicas, incluindo uma avaliação *ex-post*, a qual é tida em conta em futuras previsões macroeconómicas e orçamentais.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Vamos proceder agora à votação da proposta, apresentada pelo Partido Socialista, de aditamento de um n.º 4 ao artigo 8.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS e do L, votos contra do PCP e do BE e abstenções do PSD, do CH, do IL e do PAN.

É a seguinte:

4 — Se a avaliação referida no número anterior detetar uma discrepância significativa que afete as previsões macroeconómicas durante um período de, pelo menos, quatro anos consecutivos, o Governo deve tomar as medidas necessárias e torná-las públicas.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo Partido Socialista, de aditamento de um n.º 2 ao artigo 32.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PAN e do L, votos contra do PCP e do BE e abstenções do PSD, do CH e do IL.

É a seguinte:

2 — O Programa de Estabilidade apresentado no âmbito dos procedimentos relativos ao Semestre Europeu constitui, em conjunto com a Lei das Grandes Opções, o quadro orçamental de médio prazo, que inclui o ano em curso e os quatro anos seguintes, a apresentar na primeira fase do processo orçamental.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo Partido Socialista, de aditamento de um n.º 3 ao artigo 32.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PCP e do BE e abstenções do PSD, do CH, do IL, do PAN e do L.

É a seguinte:

3 — O quadro orçamental de médio prazo a que se refere o número anterior contempla objetivos orçamentais plurianuais abrangentes e transparentes em termos de saldo global, despesa e dívida pública para o setor das administrações públicas, com maior especificação para os subsectores da administração central e segurança social.

Vamos votar a proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um n.º 4 ao artigo 32.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PCP e do BE e abstenções do PSD, do CH, do IL, do PAN e do L.

É a seguinte:

4 — Os objetivos orçamentais plurianuais a que se refere o n.º 3 do presente artigo são compatíveis com as regras orçamentais previstas no capítulo III da presente lei.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — De seguida, votamos a proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um novo n.º 2 ao artigo 36.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PCP, do BE e do PAN e abstenções do PSD, do CH, do IL e do L.

É a seguinte:

2 — O Orçamento do Estado respeita os objetivos definidos no quadro orçamental de médio prazo, constituindo as previsões em termos de receitas e de despesas a base para a preparação do orçamento anual.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um n.º 3 ao artigo 36.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PCP, do BE e do PAN e abstenções do PSD, do CH, do IL e do L.

É a seguinte:

3 — Os limites de despesa definidos no Quadro Plurianual de Despesa Pública, a que se refere o artigo 35.º, por missão de base orgânica, constituem a base do Orçamento de Estado para o ano económico seguinte, os quais são desagregados em programas orçamentais para os subsectores da Administração Central e Segurança Social.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo PS, de aditamento de um n.º 4 ao artigo 36.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PCP, do BE e do PAN e abstenções do PSD, do CH, do IL e do L.

É a seguinte:

4 — Os eventuais desvios entre as previsões de saldo global, receitas e despesas do Orçamento do Estado e os objetivos definidos no quadro orçamental de médio prazo são fundamentados em sede de Relatório do Orçamento do Estado.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Vamos proceder à votação da proposta, apresentada pelo PS, de emenda do n.º 2 (renumerado como n.º 5) do artigo 36.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, votos contra do PCP e do PAN e abstenções do PSD, do CH, do IL, do BE e do L.

É a seguinte:

O Governo envia ainda à Comissão Europeia para efeitos de emissão das recomendações nacionais específicas a proposta de lei do Orçamento do Estado, dentro do prazo mencionado no n.º 1, salvo nas situações previstas no capítulo seguinte.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — De seguida, votamos o n.º 4 do artigo 39.º da Lei de Enquadramento Orçamental, constante do artigo 2.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do PAN e do L e abstenções do CH, do IL, do PCP e do BE.

Vamos votar a proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de uma alínea d) ao artigo 40.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do PCP, votos a favor do PSD, do CH, do IL, do PAN e do L e a abstenção do BE.

Era a seguinte:

d) Conta das Administrações Públicas em contabilidade pública;

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Votamos agora a proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de uma alínea e) ao artigo 40.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do PCP, votos a favor do PSD, do IL e do PAN e abstenções do CH, do BE e do L.

Era a seguinte:

e) Conta das Administrações Públicas em contabilidade nacional;

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de uma alínea f) ao artigo 40.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do PCP, votos a favor do PSD, do CH, do IL e do PAN e abstenções do BE e do L.

Era a seguinte:

f) Quadro de passagem de saldos de contabilidade pública para a contabilidade nacional;

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Vamos votar a proposta, apresentada pelo PSD, de aditamento de uma alínea g) ao artigo 40.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS, do PCP e do BE, votos a favor do PSD, do CH, do IL e do PAN e a abstenção do L.

Era a seguinte:

g) Quadro de principais medidas de política orçamental.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Votamos, de seguida, o n.º 4 do artigo 58.º da Lei de Enquadramento Orçamental, constante do artigo 2.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do PAN e do L e abstenções do CH, do IL, do PCP e do BE.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, o PSD gostaria de, em relação à votação que se segue, apresentar uma alteração oral à redação que propôs. Sei que é um pouco *sui generis*, mas estamos a fazer a votação na generalidade e na especialidade ao mesmo tempo de uma lei fundamental sobre o Orçamento do Estado e as regras financeiras do Estado. Portanto, se me permitir, gostaria de apresentar essa alteração.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado, esta é uma situação que tenho de pôr à consideração da Câmara.

Pergunto se alguma Sr.^a Deputada ou Sr. Deputado se opõe a este pedido.

Pausa.

Não havendo oposição, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro. Dispõe de 1 minuto.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, em relação ao n.º 7 do artigo 58.º da Lei de Enquadramento Orçamental, apresentámos uma proposta de emenda. No entanto, queríamos apresentar uma nova alteração à redação do texto.

Portanto, ficaria: «Nos termos e para os efeitos do disposto no presente artigo, o Governo aprova um decreto-lei com as normas estritamente necessárias para a execução do orçamento transitório.»

Em suma, a alteração que o PSD propõe é no sentido de acrescentar as palavras «estritamente necessárias».

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Penso que foi perceptível para toda a Câmara.

Sendo assim, vamos votar a proposta, apresentada agora mesmo, de viva voz, pelo Deputado do PSD Hugo Carneiro, de emenda do n.º 7 do artigo 58.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD, do CH, do IL, do PAN e do IL e abstenções do PCP e do BE.

É a seguinte:

Nos termos e para os efeitos do disposto no presente artigo, o Governo aprova um decreto-lei com as normas estritamente necessárias para a execução do orçamento transitório.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Assim sendo, fica prejudicado o n.º 7 do artigo 58.º da Lei de Enquadramento Orçamental, constante do artigo 2.º da proposta de lei.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, queria colocar uma questão à Mesa sobre uma votação realizada há momentos.

Parece-nos que a proposta do PSD de aditamento de uma alínea e) ao artigo 40.º foi rejeitada. Queríamos confirmar se assim foi dito pelo Sr. Presidente, pois pareceu-nos ouvir que teria sido aprovada.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Foi rejeitada, sim, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Vamos, então, prosseguir.

Votamos o n.º 8 do artigo 58.º da Lei de Enquadramento Orçamental, constante do artigo 2.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS e do L e abstenções do PSD, do CH, do IL, do PCP, do BE e do PAN.

Segue-se a votação da proposta, apresentada pelo CH, de emenda do n.º 4 do artigo 71.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do CH, do IL, do BE e do PAN e abstenções do PCP e do L.

Era a seguinte:

4 — Os resultados das auditorias a que se refere o número anterior são enviados à Assembleia da República no prazo de um ano, prorrogável por 18 meses, por razões devidamente justificadas e são publicados no mesmo prazo em www.transparencia.gov.pt/.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Vamos proceder à votação da proposta, apresentada pelo CH, de aditamento de um n.º 4 ao artigo 74.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do CH, do IL, do BE e do PAN e abstenções do PCP e do L.

Era a seguinte:

4 — Os elementos prestados no âmbito do número que antecede devem também ser publicados em www.transparencia.gov.pt/.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Passamos à votação da proposta, apresentada pelo CH, de emenda do n.º 3 do artigo 75.º da Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi rejeitada, com votos contra do PS e do PSD, votos a favor do CH, do IL, do BE e do PAN e abstenções do PCP e do L.

Era a seguinte:

3 — O Tribunal de Contas envia à Assembleia da República os relatórios finais referentes ao exercício das suas competências de controlo orçamental, os quais devem também ser publicados em www.transparencia.gov.pt/.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Vamos votar o corpo do artigo 2.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do CH e do L e abstenções do PSD, do IL, do PCP, do BE e do PAN.

Votamos agora o artigo 3.º da proposta de lei.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PAN e do L e abstenções do PSD, do CH, do IL, do PCP e do BE.

Segue-se a votação final global da Proposta de Lei n.º 2/XV/1.ª (GOV) — Altera a Lei de Enquadramento Orçamental.

Submetida à votação, foi aprovada, com votos a favor do PS, do PSD e do L, votos contra do PCP e do BE e abstenções do CH, do IL e do PAN.

A Sr.ª **Susana Amador** (PS): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr.ª Deputada, pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Susana Amador** (PS): — Sr. Presidente, é para solicitar a dispensa de redação final e do prazo para apresentação de reclamações contra inexactidões relativamente a esta proposta de lei que acabámos de votar.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Srs. Deputados, vamos votar este requerimento oral.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado Hugo Carneiro, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, é só para anunciar que apresentaremos uma declaração de voto sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Fica registado, Sr. Deputado.

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr.ª Deputada Inês de Sousa Real, pede a palavra para que efeito?

A Sr.ª **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, é para o mesmo fim.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Fica registado, Sr.ª Deputada.

Em relação ao Projeto de Lei n.º 44/XV/1.ª (PAN) — Procede à adaptação da Lei de Enquadramento Orçamental ao disposto na Lei de Bases do Clima, deu entrada na Mesa, entretanto, um requerimento, apresentado pelo autor do diploma, que solicita a sua baixa à Comissão de Orçamento e Finanças, sem votação, pelo prazo de 60 dias.

Vamos votar o requerimento.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos proceder à votação do Projeto de Resolução n.º 24/XV/1.ª (PCP) — Desenvolver o País, valorizar o trabalho e os trabalhadores, promover a produção nacional, romper com a dependência externa.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do CH, do IL e do PAN, votos a favor do PCP e do BE e a abstenção do L.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentaremos uma declaração de voto sobre esta última votação.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 25/XV/1.^a (BE) — Política orçamental de crescimento da despesa e investimento público.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PSD, do CH e do IL e votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do L.

Vamos proceder à votação do Projeto de Resolução n.º 26/XV/1.^a (PSD) — Recomenda ao Governo a apresentação de um verdadeiro Programa de Estabilidade, incluindo uma estratégia de regresso de Portugal à convergência com os países europeus.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP e do BE, votos a favor do PSD, do CH, do IL e do PAN e a abstenção do L.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 27/XV/1.^a (CH) — Pela rejeição do Programa de Estabilidade 2022-2026.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP, do PAN e do L, votos a favor do CH e abstenções do PSD, do IL e do BE.

Votamos, de seguida, o Projeto de Resolução n.º 28/XV/1.^a (CH) — Recomenda ao Governo que complemente o Programa de Estabilidade com um Programa de Investimentos na Defesa Nacional.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP, do BE e do L, votos a favor do CH e abstenções do PSD, do IL e do PAN.

Passamos à votação do Projeto de Resolução n.º 29/XV/1.^a, cuja epígrafe vou ler e que é longa...

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, para lhe poupar trabalho, quero dizer que houve um erro de formatação e que o título desse projeto de resolução não é tão longo como o que está no guião de votações. O título é apenas o seguinte: «Uma economia dinâmica para uma sociedade da dignidade».

Desta forma, acho que lhe poupo um bom minuto, porque, por erro, o primeiro parágrafo do texto do diploma foi incluído no título.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado, a Mesa subscreve inteiramente a proposta de V. Ex.^a

Sendo assim, vamos votar o Projeto de Resolução n.º 29/XV/1.^a (L) — Uma economia dinâmica para uma sociedade da dignidade.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do CH e do IL, votos a favor do BE, do PAN e do L e abstenções do PS e do PCP.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, aproveito para retribuir a simpatia e para dizer que, no meio desta nossa troca de palavras, esqueci-me de anunciar que o Livre apresentará uma declaração de voto por escrito relativa ao Projeto de Resolução n.º 28/XV/1.^a

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Segue-se a votação do Projeto de Resolução n.º 30/XV/1.^a (IL) — Por um modelo de desenvolvimento focado no crescimento.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP, do BE, do PAN e do L e votos a favor do PSD, do CH e do IL.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Sr. Presidente, gostaria de confirmar como é que ficou anotado pela Mesa o sentido de voto do Iniciativa Liberal no Projeto de Resolução n.º 24/XV/1.^a (PCP), porque penso que a Mesa terá anunciado um sentido de voto contrário ao que exprimimos, ou seja, o nosso voto é contra e a Mesa terá dito abstenção.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr. Deputado, não altera o resultado da votação, mas fica feita essa correção.

O Sr. **Rodrigo Saraiva** (IL): — Obrigado, Sr. Presidente.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Faça favor, Sr.^a Deputada.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, para anunciar que irei apresentar uma declaração de voto escrita sobre o Projeto de Resolução n.º 30/XV/1.^a

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Fica registado, Sr.^a Deputada.

O Sr. Deputado Rui Tavares também está a pedir a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é para o mesmo efeito.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos agora votar o Projeto de Resolução n.º 7/XV/1.^a (PAN) — Previsão no Programa Nacional de Reformas - 2022 de uma adaptação do Plano Nacional da Água às alterações climáticas, como medida de combate à seca.

Submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do L e abstenções do PS, do PSD, do CH e do IL.

De seguida, votamos o Projeto de Resolução n.º 38/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que, no âmbito do Programa Nacional de Reformas - 2022, implemente uma Rede Nacional de Acolhimento Animal.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do IL, do BE, do PAN e do L e abstenções do PSD, do CH e do PCP.

Votamos agora o Projeto de Resolução n.º 39/XV/1.^a (PAN) — Recomenda ao Governo que preveja, no Programa Nacional de Reformas – 2022, a criação de um plano de ação «rios livres», despoluídos e o reforço da monitorização, controlo e avaliação da poluição dos rios.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, votos a favor do BE, do PAN e do L e abstenções do PSD, do CH, do IL e do PCP.

Vamos votar o Projeto de Resolução n.º 40/XV/1.ª (IL) — Recomenda ao Governo que implemente um programa nacional de crescimento.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PS, do PCP, do BE, do PAN e do L, votos a favor do CH e do IL e a abstenção do PSD.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, peço a palavra.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Faça favor.

A Sr.ª **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria corrigir o sentido de voto do PCP em relação ao Projeto de Resolução n.º 27/XV/1.ª (CH). Votámos contra, mas queremos abster-nos.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Fica registado. Não altera o resultado da votação.

O Sr. Deputado Rui Tavares está a pedir a palavra. Faça favor.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente, é para anunciar que apresentarei uma declaração de voto por escrito relativa ao Projeto de Resolução n.º 40/XV/1.ª (IL).

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Fica registado, Sr. Deputado.

Vamos proceder à votação do Projeto de Resolução n.º 41/XV/1.ª (L) — Conquistas fundamentais como princípio orientador de reformas.

Submetido à votação, foi rejeitado, com votos contra do PSD, do CH e do IL, votos a favor do PCP, do BE, do PAN e do L e a abstenção do PS.

Sr.ªs e Srs. Deputados, temos ainda para votar um parecer da Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados, que vai ser lido pela Sr.ª Secretária Maria da Luz Rosinha.

A Sr.ª **Secretária** (Maria da Luz Rosinha): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados, a solicitação do Tribunal Judicial da Comarca de Leiria, Juízo Central Criminal de Leiria — Juiz 2, Processo n.º 272/17.1JACBR, a Comissão de Transparência e Estatuto dos Deputados decidiu emitir parecer no sentido de autorizar o Deputado José Carlos Alexandrino (PS) a prestar depoimento no âmbito dos autos em referência.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Srs. Deputados, vamos votá-lo.

Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade.

Vamos agora passar às declarações de voto orais, que foram previamente anunciadas, sendo a regra a seguinte: quando há uma declaração de voto oral relativa a apenas uma iniciativa, os Srs. Deputados dispõem de 2 minutos; quando é relativa a mais do que uma iniciativa, o tempo máximo está plafonado a 4 minutos.

Dou, então, a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias, que fará uma declaração de voto relativa às Propostas de Lei n.ºs 1/XV/1.ª e 2/XV/1.ª

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.ªs e Srs. Deputados: Ao longo dos anos, o PCP defendeu e propôs medidas de redução dos impostos sobre os combustíveis e hoje mesmo voltámos a fazê-lo. O PCP esteve contra os aumentos de impostos que foram sendo decretados pelos Governos do PS e do PSD/CDS — aliás, ainda nos lembramos da taxa de carbono trazida pelo então Ministro Jorge Moreira da Silva e mais tarde defendida entusiasticamente pelos seus sucessores em Governos do PS.

O que a experiência concreta do nosso País já demonstrou, e continua a demonstrar cabalmente, é que a diminuição da carga fiscal sobre os combustíveis é uma medida necessária mas não suficiente para enfrentar esta escalada e fazer baixar os preços, porque as práticas especulativas dos grupos económicos, desde logo das petrolíferas e também de vários outros setores, da energia à grande distribuição, estão a esmagar os portugueses com preços exorbitantes e a amassar lucros de milhares de milhões de euros.

Ainda esta semana, a entrevista do presidente executivo da Petrolgal esclareceu quem ainda tivesse dúvidas. Dizia o CEO: «Sim, estamos a ganhar dinheiro e a guerra fez subir o preço.»

Srs. Deputados, esta é a confirmação e o reconhecimento do que já toda a gente sabia, ou seja, é um aproveitamento que o poder económico está a fazer das dificuldades e do sofrimento das pessoas.

Ora, as medidas que se limitem apenas a compartilhar um desconto no preço final, seja qual for o preço final que as petrolíferas imponham no mercado liberalizado, são medidas que significam, na verdade, um subsídio ao lucro das petrolíferas. Nem sequer existe a garantia de que esse desconto, financiado pelo Estado, corresponda integralmente à diminuição que se pretende no preço final que aparece nas bombas de gasolina; pelo contrário, já aconteceu e irá voltar a acontecer a mesma coisa, isto é, os recursos públicos serem apropriados pelos grupos económicos com medidas de apoio que não chegam às pessoas e aos setores produtivos com o alcance e os resultados necessários.

Foi por isso que nos abstivemos nas propostas do Governo e do Chega. Objetivamente, só as propostas do PCP neste debate respondiam, de forma concreta, à questão central do combate à especulação.

Por opção do PS, do PSD, do Chega e do Iniciativa Liberal nesta sessão plenária, o País fica perante uma oportunidade perdida, mas a atualidade e a necessidade dessas respostas concretas vão continuar a impor-se e a confirmar-se.

No debate orçamental, o PCP não irá faltar com a sua intervenção e proposta sobre esta matéria, porque a defesa das condições de vida, o combate à especulação, à exploração e ao empobrecimento exigem medidas concretas e efetivas, exigem coerência e coragem política de enfrentar os interesses de alguns que enriquecem à custa de quase todos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, faço uma referência à votação, que também teve lugar, da Proposta de Lei n.º 2/XV/1.^a (GOV), para sublinhar que era o que faltava que os pagamentos dos salários aos trabalhadores da Administração Pública fossem pretexto para justificar toda a série de alterações à Lei de Enquadramento Orçamental que o PS quis aprovar nesta sessão.

Os trabalhadores merecem respeito, exigem melhores salários, condições de trabalho e carreiras dignas, e não são nem podem ser moeda de troca para operações de subordinação do País.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Segue-se o Sr. Deputado André Ventura, que anunciou anteriormente que iria fazer uma declaração de voto oral sobre duas iniciativas. Assim, gostaria que o Sr. Deputado nos dissesse, para organizar os trabalhos na Mesa, se juntará as duas ou se as fará separadamente.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, por razões de eficiência, juntarei as duas numa.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Assim sendo, dispõe de 4 minutos para fazer as suas declarações de voto de forma única.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, o Chega apresentou este projeto de lei com base em duas realidades: uma delas é a experiência e a outra é a política económica e fiscal.

A primeira prende-se com o que está a acontecer por toda a Europa. Podemos apontar os problemas que quisermos e centralizá-los onde quisermos, mas a verdade é esta: Portugal tem hoje uma taxa insustentável de impostos sobre os combustíveis e sobre a energia. Do total que pagamos em combustíveis, 61% — 61%! — são impostos.

A Sr.^a **Rita Matias** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E é esse o problema central.

Por isso, não compreendemos a posição do PCP quando refere que este é um problema, mas que há outros. Claro que há outros, mas este é também um problema! Agora, o baixarmos o preço ou darmos um desconto direto à população no combustível que é abastecido em nada contende com a soberania portuguesa, em nada contende com o apoio às empresas, em nada contende com a proteção dos trabalhadores.

Aliás, é um pouco constrangedor ver as filas para abastecer carros em Espanha, que é precisamente onde se dá um desconto direto no consumo do combustível. E a proposta que aqui apresentámos ia nesse sentido: uma proposta digna, uma proposta do melhor que tem sido feito na Europa e que, mesmo assim, foi rejeitada.

Uma parte da defesa da soberania é também ajudar as empresas a robustecer-se, ajudar a diminuir a carga fiscal e criar uma política fiscal que permita não só o consumo e a poupança, mas também o crescimento sustentado das empresas. E a nossa proposta ia no sentido de ajudar empresas e consumidores. Foi isso que procurámos aqui fazer.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aliás, nesta declaração de voto, gostaria de deixar uma nota sobre as indústrias particularmente consumidoras de energia, como o vidro e outras — apesar de estar a falar só para uns 20 Deputados, vou deixar a nota na mesma —, para dizer que estas empresas estão a sofrer como nunca sofreram na vida. Indústrias como o cimento ou o vidro, que empregam milhares de trabalhadores em todo o País, estão neste momento a passar as maiores dificuldades do seu tempo. E este projeto do Chega ajudava a um desconto direto, sem *vouchers*, sem descontos indiretos, sem atribuições indiretas — era diretamente atribuído ao consumidor.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Por isso, não compreendemos como esta proposta possa ter sido rejeitada. Ficará na história desta Assembleia e também na história deste Governo a rejeição de uma proposta de desconto direto — num momento em que pagamos os combustíveis mais altos da nossa história —...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... por uma maioria, que incorpora não só o Partido Socialista como outros que, aparentemente, são seus aliados.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Carneiro, dispondo de 2 minutos.

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados: No âmbito da Proposta de Lei n.º 1/XV/1.^a, o PSD apresentou uma proposta para devolver 170 milhões de euros do IVA cobrado a mais pelo Governo, no ano de 2021, nos combustíveis. O PS rejeitou esta proposta, mas também rejeitou as propostas que visavam baixar o IVA da eletricidade. Num momento tão crítico como o que atravessamos, em que a inflação está a subir, em que os encargos são tão pesados para os portugueses, o PS não está ao lado dos portugueses.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — Em alternativa, opta por usar de experimentalismo: experimenta hoje uma lei, amanhã experimenta outra lei. É o AUTOvoucher, é o IVAucher... Seja lá o que for. Mas quem sofre e não percebe nada destas regras são os portugueses — provavelmente, a maioria dos portugueses nem sequer percebe como é que funciona o AUTOvoucher.

Hoje, tínhamos a oportunidade única de dar um sinal, e aquilo que constatamos é que, no dia em que genericamente caíram as máscaras, caiu também a máscara do Governo.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Hugo Carneiro** (PSD): — É caso para dizer: com o PS, o povo empobrece e ninguém merece.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Adão Silva): — Sr.^{as} e Srs. Deputados, concluímos, assim, os trabalhos de hoje.

Cabe-me apenas anunciar que a próxima reunião plenária será, como é sabido, a Sessão Solene Comemorativa do 25 de Abril, na segunda-feira, com início às 10 horas.

Desejo a todas as Sr.^{as} Deputadas e a todos os Srs. Deputados um ótimo fim de semana.

Está encerrada a sessão.

Eram 14 horas e 39 minutos.

Declarações de voto enviadas à Mesa para publicação

Relativa ao Projeto de Lei n.º [13/XV/1.ª](#):

O baixo autoaprovisionamento de alguns produtos alimentares, em Portugal, sugere efetivamente a necessidade de agir. No entanto, o Livre absteve-se nesta proposta de um plano estratégico para a soberania alimentar nacional porque a visão apresentada no documento é produtivista, com referências escassas e vagas à necessidade de assegurar sustentabilidade ambiental na produção. No objetivo apresentado não é feita referência à necessidade de compatibilizar a produção nacional com os limites ecológicos e biofísicos dos nossos ecossistemas, nem tão-pouco à priorização dos sistemas produtivos mais sustentáveis. Além disso, o documento não enquadra a produção nacional no contexto da legislação comunitária, bem como dos documentos que atualmente a enquadram na legislação nacional. Uma soberania alimentar conquistada a qualquer custo assegurará, porventura, o presente, mas colocará em causa o futuro.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Relativa ao Projeto de Lei n.º [16/XV/1.ª](#):

O Livre absteve-se nesta votação porque entende que não deve ser reduzida a incorporação de biocombustíveis, mas sim garantido que a componente de biocombustíveis é, sobretudo, proveniente de resíduos, nomeadamente de óleos alimentares usados, e não de produção agrícola.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Relativa ao Projeto de Lei n.º [17/XV/1.ª](#):

A redução do escalão do IVA de 23% para 6% em todos serviços essenciais de fornecimento de energia, mais concretamente na eletricidade e no gás engarrafado, é uma medida justa para diminuir os encargos das famílias com estes bens essenciais.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Relativa ao Projeto de Lei n.º 20/XV/1.ª:

O Livre votou a favor da eliminação do «adicional ao ISP» e da dupla tributação do IVA sobre o ISP nos combustíveis, dado o aumento a que se tem vindo a assistir nos combustíveis fósseis, que continuam ainda a ser bens essenciais. No entanto, é relevante garantir que o Fundo Ambiental não perde receita vinda do ISP e acelerar a transição para combustíveis renováveis.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Relativa ao Projeto de Lei n.º 51/XV/1.ª:

O Livre votou a favor da eliminação do «adicional ao ISP» e da dupla tributação do IVA sobre o ISP nos combustíveis, dado o aumento a que se tem vindo a assistir nos combustíveis fósseis, que continuam ainda a ser bens essenciais. No entanto, é relevante garantir que o Fundo Ambiental não perde receita vinda do ISP e acelerar a transição para combustíveis renováveis.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Relativa à Proposta de Lei n.º 2/XV/1.ª:

Tendo o Governo apresentado a Proposta de Lei n.º 2/XV/1.ª, o PSD apresentou uma proposta de alteração que visava:

a) aumentar o nível de reporte e informação que o Governo teria de prestar uma vez aprovado um Orçamento do Estado, incluindo na contabilização do saldo das Administrações Públicas o montante da despesa associada às propostas de alteração apresentadas pelas diferentes forças políticas no Parlamento. Deste modo, com a publicação da lei do Orçamento do Estado seria possível atualizar a informação inicialmente apresentada pelo Governo com a informação ou compromissos resultantes do processo parlamentar de apreciação do Orçamento do Estado;

b) reduzir/limitar a arbitrariedade do Governo na aprovação de um decreto-lei referente a um Orçamento transitório, quando a execução ocorre num regime de duodécimos.

Lamentavelmente, o PS votou contra o aumento da informação a incluir no Orçamento do Estado aprovado [proposta de alteração do PSD referente à alínea a) anterior]. Esta era inclusivamente uma sugestão do próprio Conselho das Finanças Públicas.

O PS demonstra mais uma vez que não está comprometido com a transparência na informação sobre as finanças públicas, o que não é novo.

O PSD também votou contra as propostas do CH, que nada acrescentavam à publicitação de informação, uma vez que vários dos relatórios ou reportes referidos já são hoje públicos (exemplo dos relatórios do Tribunal de Contas, que são publicados no *site* desta instituição).

O PSD votou favoravelmente em votação final global dado que foi aprovada a proposta do PSD referida na alínea b), limitando-se o poder arbitrário do Governo, um ponto que era muito relevante.

Lamenta-se, contudo, a forma como o processo legislativo decorreu, de forma apressada, tendo os debates e votações na generalidade e na especialidade tido lugar ao mesmo tempo em Plenário. Isto deveu-se ao facto

de o Governo ter pressa em concluir o processo legislativo, dado que estava numa situação de violação da lei por não ter apresentado no prazo legal a lei das Grandes Opções ao Parlamento.

Lisboa, 22 de abril de 2022.

O Grupo Parlamentar do PSD.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º [24/XV/1.ª](#):

O Livre absteve-se na votação deste projeto de resolução porque, embora se reveja na generalidade das medidas elencadas no seu ponto 2, não pode acompanhar o seu ponto 1. A integração europeia é peça-chave para o futuro e o lugar de Portugal no mundo, incluindo para fazer face aos desafios sociais e ambientais que se nos colocam.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º [28/XV/1.ª](#):

O Livre, embora concordando que é importante rever a necessidade de gastos em defesa, defende que devem ser cuidadosamente equacionados os recursos alocados e que devem ser explorados mecanismos de cooperação europeia ao nível da segurança.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º [30/XV/1.ª](#):

O Livre votou contra este projeto de resolução porque entende que um modelo de desenvolvimento para Portugal se deve focar não apenas num crescimento económico baseado no PIB mas sim num crescimento que reflita o aumento do bem-estar e da estabilidade, respeitando os limites naturais e os ecossistemas. Em particular, o Livre discorda frontalmente da adoção de um «choque competitivo na política fiscal» e da liberalização da saúde e da educação defendidas no ponto 4.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Relativa ao Projeto de Resolução n.º [40/XV/1.ª](#):

O Livre votou contra este projeto de resolução porque entende que um programa nacional de crescimento não pode assentar na liberalização da saúde e da educação nem no enfraquecimento da segurança social.

O Deputado do Livre, *Rui Tavares*.

Nota: As declarações de voto anunciadas pela Deputada do PAN, Inês de Sousa Real, referentes a esta reunião plenária não foram entregues no prazo previsto no n.º 3 do artigo 87.º do Regimento da Assembleia da República.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.